

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de abril de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO FABRÍCIO FALCÃO (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (60) O Deputado Samuel Junior encontra-se licenciado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Jurailton Santos comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 11/3/2019, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Diego Coronel comunicando que, devido a acompanhamento

hospitalar, esteve ausente nas Sessões dos dias 1º e 2/4/2019, conforme declaração apresentada.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Ata da 22ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado em 2 de abril de 2019. Ata da 23ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia em 3 de abril de 2019.

Srs. Deputados que aprovam as atas permaneçam sentados.

Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pequeno Expediente (**Oradores Inscritos**).

Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas Olívia e Jusmari. Esta semana, semana passada, salvo engano, eu ouvi algum colega falando sobre a questão do turismo aqui na Bahia – para não falarmos no Brasil, deputado Targino.

E olha a nossa situação: uma capital, uma das maiores do país, com mais ou menos 3 milhões de habitantes, que o que tinha no passado está perdendo. Tínhamos um hotel antigamente, o Meridien, que depois foi o Pestana, de uma rede portuguesa, fechado em um local privilegiado daquele. Eu acredito ainda, deputado Targino, mesmo sem ser engenheiro, que aquela estrutura está completamente íntegra ainda, com toda a possibilidade de ser reaproveitada para futuras instalações. Temos o Hotel Othon em Ondina, que também fechou as portas, em lugar privilegiado, dentro do mar; o Hotel São Salvador há mais tempo também fechou as portas e agora vão ser construídos, já estão vendendo alguns prédios residenciais; o Hotel da Bahia que foi reformado, era Sheraton, agora já mudou de nome, não sei se ainda está aberto; o antigo Quatro Rodas, não sei se é Deville ainda, ou já mudou, caindo aos pedaços. É o triste retrato do turismo no Brasil, que pela sua extensão, pela sua riqueza é ínfima a participação na nossa balança de negócios, o turismo que é uma indústria limpa.

E falando aqui da nossa capital, como é que queremos atrair mais turistas? Preços exorbitantes nos restaurantes, falta de acomodações em hotéis cinco estrelas, empresas aéreas fechando as portas e outras empresas participando da concorrência, como vimos agora, a empresa Avianca, deputado Alan, uma das poucas empresas do Brasil, são quatro, salvo engano: a Azul, a Gol, a TAM e a Avianca, as quatro maiores. A Avianca agora fechou as portas. Quer dizer, em vez de abrir mais empresas para ter mais concorrência, a Avianca faliu. É o triste retrato do Brasil, prejudicando enormemente o nosso estado, a Bahia.

Ontem, eu vi, Srs. Deputados, uma passagem para São Paulo, na TAM, R\$ 3.000,00. Você imagine que loucura uma passagem Salvador-São Paulo-Salvador R\$ 3.000,00! Como é que quer ter turismo neste país? Um preço desse dá mais ou menos \$800,00, e você compra, sabendo a época, passagem para a Europa ou para vários

países aí do mundo. Então como é que quer alavancar o turismo aqui na nossa capital, no nosso país?

E sem falar na violência que continua assolando o nosso país. Barbaridades como a que o Brasil assistiu: homens do Exército, soldados do Exército, despreparados, dão 80 tiros. Você imagine 80 tiros numa família no Rio de Janeiro e, logo depois, você vê que o Exército queria ter razão, disse que eram bandidos. Como a repercussão pela imprensa foi muito grande, o Exército voltou atrás, admitindo a barbaridade que aqueles despreparados, representando o Exército, fizeram. Oitenta tiros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) praticamente um milagre. Um milagre! Só um milagre de Deus ter morrido só o motorista, aquele trabalhador. Infelizmente, professor Zé Raimundo, um milagre, porque 80 tiros num carro daquele que não era nem blindado, um carro frágil. E criança, acho que tinha uma com a mãe e mais outro cidadão. Claro que ninguém deseja que morresse alguém, nem que tivesse acontecido, mas por 80 tiros...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um fuzilamento praticamente, o Exército viu a repercussão através da imprensa...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Vou concluir.

(...) voltou atrás.

Então é a triste realidade do nosso país tão rico, incomparáveis as riquezas que nós temos, que este país tem, mas com essas últimas políticas infelizmente vamos continuar aí rastejando no turismo e em outras áreas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Eu gostaria de pedir que o deputado, Soldado Prisco, pudesse sentar aqui um pouco para eu poder fazer uso da palavra e retornar.

(O Sr. Soldado Prisco assume a Presidência dos Trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Soldado Prisco): Com a palavra, no Pequeno Expediente, o próximo orador, o nosso deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente Deputado Prisco, demais deputados, Sr.^{as} Deputadas, satisfação estar aqui usando a tribuna no dia de hoje, mas não por um fato muito bom, por um fato triste: lamentar os “sem” dias em 100 – na verdade sem dias com “s”, Zé, em 100, do presidente Bolsonaro, que em 100 dias, segundo quase todas as forças políticas do Brasil, do centro, da esquerda, a imprensa de uma forma geral, considera como os 100 primeiros dias mais catastróficos da história de um presidente recente. Um presidente que, nos últimos 100 dias, o que

sabe mesmo é falar asneiras, falar bobagem nas redes sociais, com quase 1500 mensagens tuitadas ou no *Instagram* ou no *Facebook* dando quase 17 mensagens por dia.

Eu não sei qual é o tempo que o indivíduo tem para presidir um país com 208 milhões de habitantes, com 14 milhões de desempregados, mais 27 milhões no emprego informal, subempregados, governar este país de dimensão continental e ainda ficar o tempo inteiro destilando ódio, raiva contra aqueles que ele considera que não são brasileiros.

Então, é uma lástima ter um presidente que vem a ser presidente sem saber para o que está ali. Na verdade, ele também não soube o que fazer em 28 anos como deputado, porque ali nunca participou de uma cadeira na Mesa Diretora da Câmara Federal. Ali, nunca presidiu uma comissão, uma comissão especial, nunca fez algo de relevante. E foi levado ao poder maior do país para destilar ódio, raiva contra as pessoas, e a gente não consegue compreender, porque tudo aquilo... Na verdade, ele não falou nada, porque ele não participou de debate, apenas falava, mas não escutava o que as pessoas falavam.

Então, foi uma campanha presidencial atípica em que aquele que veio a ganhar o pleito eleitoral não tem a disposição de escutar. Apenas pelas redes sociais tende a falar, mas não a escutar aquilo que o povo tem a perguntar. Porque ele não pôde falar sobre economia. Quando perguntavam: “Pergunta para o Guedes.” Quando falavam de educação: “Pergunta para o Posto Ipiranga”, que é o Guedes. Então, tudo ele remetia a terceiros, porque, na verdade, ele não sabia falar de economia, não sabia falar de educação, não sabia falar de infraestrutura, não sabia falar de saúde e, com certeza, ainda não sabe. Porque o tempo que passa destilando ódio e baboseira nas redes sociais, mostra que é uma pessoa que não tem condição de ocupar a cadeira de homem mais importante do país.

Uma figura que em pleno dia de terça-feira, 8 horas da manhã, vai com sua esposa e seguranças assistir cinema! É porque não tem o que fazer. Porque, inclusive, o Alvorada tem um cinema confortável em que os presidentes, a presidenta que passou, podiam assistir a seus filmes em momento de descanso, de lazer, às noites ou num domingo, mas um presidente que se posta a ir para um shopping center de Brasília para assistir a filme 9 horas da manhã, é porque ainda não sabe qual é o papel dele fundamental.

Eu sei o que eu estava fazendo, até o deputado Robinson falou, terça-feira passada. Eu sei o que eu estava fazendo hoje, desde 8 horas da manhã, em audiência perambulando por órgãos do estado em busca de recurso para os meus municípios, mas o presidente da República não consegue entender o seu papel maior. Até os projetos que ele tenta mandar para o Congresso Nacional, ele não consegue articular com o seu próprio partido para poder fazer valer e ser votado. Vai aos Estados Unidos, que é um importante parceiro comercial do Brasil, mas vai lá para conceder visto, imunidade de entrada ao Japão, à Austrália, aos Estados Unidos, sem ter o princípio da reciprocidade diplomática, que é de praxe em todos os países do mundo. O Brasil tem livre acesso a qualquer país da Europa ou da Ásia, mas também nós

damos total direito a eles estarem aqui, sem ter necessidade de visto, já quando os americanos nos cobram isso, nós também temos como resposta diplomática que cobrar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para valer a soberania e o respeito aos interesses daquilo que é do povo brasileiro.

Então queria um pouco falar sobre isso que, na verdade, em vez de estarmos felizes, estamos aqui infelizes por termos 100 dias sem governo, neste Brasil, no dia de hoje.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Soldado Prisco): Muito obrigado, V. Ex.^a. Convido agora à palavra o deputado Alan Sanches para falar no Pequeno Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Boa tarde, queridos amigos, presidente Fabrício, fica muito bem nessa cadeira como sempre, colegas aqui neste Plenário e demais pessoas que nos acompanham por diversos meios de comunicação.

Bem, gente, na semana passada, nós tivemos um... eu diria que é mais uma recomposição na tarifa do ônibus urbano, de R\$ 3,70 para R\$ 4,00, e algumas pessoas estavam questionando a contrapartida. V. Ex.^{as} puderam acompanhar, o próprio deputado Robinson Almeida estava aqui e fez alguns questionamentos. A contrapartida foi justamente na melhoria da frota, na requalificação da frota, serão 250 ônibus a cada ano, 1.000 ônibus nos 4 anos, ônibus com ar-condicionado e renovados. E a gente podia fazer uma comparação com os ônibus metropolitanos, eu queria aqui trazer que eles eram também R\$ 3,70 e foram agora para R\$ 4,00.

Só que qual foi a contrapartida que o governo deu? A Agerba já autorizou o aumento, já está valendo, e a contrapartida foi nenhuma! Os ônibus continuam sem ar-condicionado, a frota de Salvador tem entre 5 e 6 anos, e a frota dos ônibus do estado, os metropolitanos, tem entre 15 e 16 anos. Ou seja, três vezes mais velha do que os ônibus de Salvador e vem questionar os R\$ 0,30 que só depois de 14 meses foram dados de recomposição em Salvador. Mas e o Estado? Quando a gente fala, a gente tem que ver. A Agerba autorizou o mesmo repasse, o mesmo aumento para todos esses ônibus, sem a menor contrapartida. Realmente está preocupado com o usuário? Estão preocupados com isso? Não estão.

Então, eu queria que o deputado Robinson estivesse aqui para poder até estabelecer esse diálogo com ele, para que a gente pudesse fazer essa comparação, porque é uma comparação extremamente lógica. Inclusive todos os ônibus, aqui, metropolitanos, eles têm... você pode usar um outro ônibus no período de 2 horas, se não me falhe a memória, e também o metrô. O metropolitano, você... esses que entram aqui, que são em torno de 1.000 ônibus, ele apenas pode pegar o metrô, ele

não tem integração com os ônibus de Salvador, da cidade, do município de Salvador. No domingo, nós temos a passagem “Domingo é Meia” nos ônibus metropolitanos, também não existe isso. Ou seja, é uma comparação absurda em que só o estado perde. O estado deveria tomar para si os exemplos que o ACM Neto traz para a população, para que possa, pelo menos, copiar, fazer esse plágio. Um plágio bom, não tem nada demais o governador copiar o ACM Neto, porque nós sabemos o trabalho que o Neto tem feito nessa cidade.

Eu questionei, inclusive, mudando aqui a pauta, deputado Zé Raimundo, eu encaminhei um ofício solicitando informações ao governo do estado e ao novo secretário de Cultura sobre onde será construído o centro de convenções do estado. Em 2018, em fevereiro, se não me falha a memória, o Sr. Governador anunciou que estaria fazendo um grande espaço, não só de centro de convenções, mas com outras coisas que poderiam estar colocadas ali, nesse mesmo espaço. O nosso está aqui, palavra de ACM Neto dada vai ser palavra cumprida. O nosso centro de convenções está aí. As duas asas, que parecem uma asa delta, no formato original do centro de convenções, o primeiro de Salvador. E já está aí, de vento em popa.

Convido até V. Ex.^{as} para que a gente possa estar lá. O deputado Targino me recorda aqui que a gente estava conversando e estaremos marcando com Bruno Reis, secretário de Infraestrutura, para que a gente esteja fazendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma visita lá, às obras do centro de convenções, o primeiro centro de convenções municipal, para ver se o Estado se estimula e, pelo menos, me diz e diz para a sociedade baiana onde será, onde vai ser... Eu não quero nada, eu não quero nem ver o projeto, porque não tem. Eu quero saber onde, porque ele anunciou que ia construir. Ele ficou louco na hora, louco no bom sentido, não é? No sentido figurativo, não é? No sentido figurativo, ficou assim...

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

(...) precisava dar uma resposta a ACM Neto, na hora que Neto falou que ia ter... “Nada! Esse centro de convenções vai ser pequeno.” Para mais de 14 mil pessoas o centro de convenções do município...

Já, com a sua tolerância, Sr. Presidente.

“Vou fazer também, vou construir!”. Setembro foi uma coisa, quando chegou em fevereiro de 2018, nada. E até hoje o que a gente quer saber, a Bahia quer saber: onde será construído o centro de convenções do estado da Bahia.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Depois da palavra do nobre deputado Alan... Roberto Carlos, você falou? O deputado Roberto Carlos...

Com a palavra a deputada Jusmari Oliveira pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, não podendo ontem usar a palavra na sessão, hoje eu faço o registro da passagem do Dia Mundial de Luta Contra o Câncer. Esta luta que tem, na realidade, pelo menos, três datas para registrar a luta mundial contra o câncer. Uma no dia 4 de fevereiro, que alguns relembram, rememoram e vivem, outra no dia 27 de novembro e eu quero registrar a de ontem, 8 de abril. Mas certamente muitas datas oficiais para refletir sobre a necessidade da luta e sobre a necessidade das ações de combate ao câncer, por ser o câncer uma doença que tem trazido tanta dor, tanta tristeza para as famílias do mundo inteiro, todos nós vivemos a cada dia a dor de um amigo, a dor de um parente partindo por conta dessa doença. No mundo, a cada minuto, morre uma pessoa vítima de câncer.

Este dia organizado, apoiado pela Organização Mundial da Saúde prevê que todos nós paremos e reflitamos sobre a nossa responsabilidade... Tendo um cargo como nós aqui deputados, ou governador, ou prefeito, ou secretário de saúde, ou ministro ou não, toda a população deve lutar contra essa doença. E nós, principalmente, pessoas públicas, devemos ter uma luta muito especial e o nosso compromisso aqui nesta Casa é batalhar diariamente para mudar a realidade, buscando garantir o acesso rápido das pessoas aos exames preventivos ou aos exames pós-diagnóstico, aos especialistas e aos tratamentos, porque já é comprovado que o câncer tem cura e que o mais importante nessa doença é o diagnóstico precoce.

Portanto, no dia de ontem, mesmo não estando na tribuna a discursar, a falar e a registrar a data, registrei nesta Casa uma Moção de Aplausos ao governador Rui Costa por sua atitude como pessoa pública, como administrador, como governador do nosso estado, porque ele cumpre à risca o que prevê esse dia mundial de luta que é o compromisso de lutar todos os dias, não só na data especial, no combate a essa doença.

Na sexta-feira, há 15 dias, ele esteve em Barreiras trazendo para a região Oeste o alento e a realização de um grande sonho, se é que é possível ser sonho, pensar, almejar e querer uma estrutura para o tratamento do câncer, mas realizou o nosso anseio, a nossa vontade de ter lá na região Oeste o tratamento dessa doença, para que além da dor de ter a doença, ainda não tenhamos mais que conviver com a ausência da nossa pessoa querida no tratamento do câncer.

Ali, na porta do Hospital Regional do Oeste, o governador Rui Costa autorizou a ampliação daquele hospital para transformá-lo em um hospital mais completo, mudando totalmente o perfil do HO. Agora com um investimento de quase R\$ 6 milhões, construindo mais 62 enfermarias, construindo o centro de hemodinâmica para outro tratamento que também a região Oeste ainda não tem, mas, especialmente, implantando ali mais 20 leitos de UTI e o serviço de oncologia.

Há muitos anos que eu como pessoa pública luto por esse serviço da região Oeste da Bahia. Quando deputada federal, busquei no ministério recursos para isso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) depois como prefeita junto com o secretário Solla, tentamos implantar o serviço, mas era impossível, porque o HO não tinha ainda a sua escrituração de terreno, a sua documentação.

Como secretária de desenvolvimento urbano da Bahia, eu pude ajudar o secretário Fábio Vilas-Boas, a quem registro também o nosso aplauso pelo seu trabalho. E regularizamos, então, a documentação do terreno do HO, do prédio do HO e agora, sim, o governador Rui Costa cumpre o que muitos deveriam ter feito e o que o povo do Oeste pediu com tanto clamor e com tanta emoção, durante toda a sua campanha: serviço de oncologia na região Oeste da Bahia. Se pudéssemos, nesse dia de luta, daríamos um “*time*”, não existe mais a doença chamada câncer, a partir de hoje estamos livres dela, isso ainda não é possível.

Então, temos que aplaudir os governantes que trabalham e cumprem sua obrigação de investir realmente. E na prática...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputada.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: (...) combater essa doença.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o Ex.^{mo} Deputado Hilton Coelho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Srs. Deputados, Sr.^{as} deputadas, ocupo esta tribuna para falar de universidades estaduais. Semana passada, nós tivemos dois eventos importantes. Um evento muito significativo, o mais significativo foi que todas as universidades estaduais, em suas respectivas assembleias, deliberaram pela realização da greve.

O movimento já vinha em estado de greve, tentando negociações com o governo que foram, de alguma forma, mediadas pela liderança do governo nesta Casa, deputado Rosemberg. Semana passada, nós tivemos um encontro com a secretaria que, no entanto, foi um encontro que não conseguiu ter maiores definições, dada a situação de tentativa de negociação do movimento, as diversas negativas por parte do governo. E, finalmente, se conseguiu ter uma mesa com a presença de representações da Secretaria de Educação e com mediação desta Casa, especialmente, do líder do governo, e a nossa presença também, como representação da Comissão de Educação. Infelizmente, maiores definições não se conseguiram. E, logo no outro dia, se realizaram várias assembleias que dado o posicionamento do governo, de indefinição do governo, deliberaram pela greve.

Mas, a sinalização que o secretário Jerônimo Rodrigues vem dando é de abertura de diálogo, especialmente, dada a situação de crise profunda da Educação na Bahia. Nós já falamos isso aqui, mas é importante repetir para nós construirmos um raciocínio, que a Bahia tem simplesmente o pior índice de desenvolvimento da educação do Brasil no ensino médio e isso, obviamente não pode estar afastada, a

tentativa de superação desse quadro, não pode estar afastada do significado das nossas universidades estaduais.

Dado esse quadro, a prioridade definida pelo governador Rui Costa para essa nova gestão, seria a prioridade da área de Educação. Em função disso, me parece que as sinalizações do governo de abertura, de mesa de negociação, de diálogo começaram a ser dadas, felizmente, em relação à universidade, me parece que depois de 4 anos sem se estabelecer uma mesa de negociação. O que ocorre é que depois de decretada a greve as declarações do governador Rui Costa foram para o outro lado. Realmente é impressionante que o governador Rui Costa, que tem uma trajetória sindical, diga que desmarcou, que desmarcaria uma negociação direta, não necessariamente dele, mas pelo menos do secretário ou representações da secretaria, com o movimento em função da deliberação da greve das universidades estaduais.

Veja, o argumento do governador é não para discutir porque os sindicalistas estão querendo um palanque político. Veja o tamanho da concessão ideológica que o governador faz, porque ao se falar em palanque político para sindicalista é incontornável lembrar da própria figura do governador. Talvez um dia ele tenha feito palanque e não tivesse tido o desejo de representar sua categoria, no caso os petroquímicos, para se eleger vereador, deputado, governador do estado da Bahia.

Então, a nosso ver, essa declaração do governo tem uma dupla face. Primeiro uma face política péssima, que é essa sinalização de desrespeito em relação à categoria, ou seja, o governador diz: “Não vamos reunir com a categoria, vamos discutir com os reitores.” Essa sinalização é péssima. Segundo, o argumento terrível, essa relação de um posicionamento das lideranças sindicais com um suposto oportunismo, talvez eleitoral que, nesse sentido deve fazer parte da trajetória do próprio governador.

Nós queremos aqui fazer o apelo de que o governador não mate no nascedouro essa perspectiva de abertura das negociações.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não existe nada que possa fundamentar essa posição. A greve é absolutamente legítima! As pessoas que foram, pela secretaria, representar o governo sabem do que eu estou falando. São condições de trabalho terríveis, Salas, por exemplo, que estão sem climatização, porque a universidade não tem recursos para pagar suas contas de energia, banheiros fétidos, há dificuldade terrível com material para pesquisa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, só para concluir. A posição do governo, por exemplo, de diminuir as possibilidades de carga horária dedicada pelos profissionais da área de educação, à pesquisa e à extensão. E o fator...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) incontornável de que, pelo menos, há 3 anos não existe correção das defasagens inflacionárias dos profissionais, assim como o resto do serviço público, porque o governo não faz mesa de negociação e desrespeita

algo que é o objetivo, que é a necessidade de se manter, pelo menos no mesmo patamar a remuneração dos educadores e educadoras.

Com essa prática a Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. HILTON COELHO: Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) não contornará essa situação na educação especificamente. Muito menos vai poder pensar um projeto diferenciado que faça com que nós saíamos da condição de sexta economia e vigésimo quarto estado em condições sociais de vida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Deputados, eu peço para a gente respeitar os 5 minutos para poder ter o maior número de deputados falando, porque quando um fala mais, acaba que um ou dois colegas perdem a condição de falar.

Com a palavra o nobre colega, o deputado Tiago Correia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, venho a esta tribuna, hoje, e gostaria de saudá-lo presidindo a Mesa, saudar todos os colegas, todos os membros, servidores desta Casa, mas venho a esta tribuna hoje como cidadão, observando as leis, venho a esta tribuna hoje como produtor rural e filho e neto de produtor rural que sou em nosso estado da Bahia, venho a esta tribuna como médico veterinário e como parlamentar.

Sr. Presidente, trago aqui o Decreto nº 19.004, do dia 5 de abril de 2019, que modifica a estrutura básica da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e altera a composição do Conselho de Defesa Agropecuária. Adab essa que já foi a melhor agência de defesa agropecuária do Brasil e, hoje, se encontra entre as três piores; agência essa que vem sendo deteriorada nos últimos governos, deixada ao léu, entregue a gerenciamentos políticos. E, pasmem, o governador edita um decreto, na última sexta, criando novos cargos, extinguindo cargos e faz-se valer do inciso VI, do art. 84 da Constituição Federal que diz – e ele esquece – que pode, sim, o gestor dispor, mediante decreto, da organização e funcionamento da administração, mas tem uma vírgula e fala, quando não implicar em aumento de despesa, nem criação ou extinção de cargo público.

Logo no art.1º: Ficam extintos, na estrutura básica da Agência Estadual: a procuradoria jurídica, as coordenadorias regionais, os conselhos locais, o conselho estadual e a diretoria administrativa. A alínea b diz que: A extinção de funções ou cargos públicos podem, sim, acontecer quando vagos, o que não era o caso. E aí, pasmem, no art. 2º ele cria diversas coordenações de vigilância.

Ora, nobres deputados, estamos falando de uma agência de defesa animal. O nosso estado é um estado produtor, um estado agrícola, não só de pequenos, mas de

médios e grandes produtores que geram riquezas para o nosso estado. E é assim que a gente trata a vigilância sanitária?

É preciso que haja, vereador Marcell, vigilância, que estejamos...

O Sr. Marcell Moraes: Vereador?

O Sr. TIAGO CORREIA: Vereador, porque você foi vereador comigo naquela Casa e eu guardo aquela lembrança.

Mas é preciso que estejamos sempre vigilantes, mesmo que não tenhamos caso de aftosa, mesmo que não tenhamos caso de peste suína. Mas ocorreu agora em um estado vizinho, esta semana, no Piauí, um caso de peste suína. O mormo ronda o nosso estado.

A Bahia é rodeada por estados que têm problemas graves de epidemias que podem, inclusive, fazer com que o nosso estado seja proibido de exportar produtos, não só para o exterior, mas para outros estados. E aí vem o governador e pega uma estrutura que está sendo dilapidada, que é a Adab, e vem, através de um decreto, querer usurpar o direito e o dever de nós, deputados. E nós vamos aceitar isso? Nós não podemos nos curvar aos desmandos do governo do estado. E as nossas atribuições? Onde fica o papel do deputado? Fecha a Assembleia! Vamos governar por decreto.

A Adab, como eu já falei, hoje vem sendo sucateada. O deputado Vitor Bonfim, enquanto secretário de Agricultura do Estado, fez àquela época um estudo aprofundado sobre a situação do nosso órgão, um diagnóstico de defesa muito bem feito que, logo depois, Paulo César que era o então diretor solicitou, mediante esse estudo, um concurso público, e o governo do estado, naquele momento, falou: “Não, vamos fazer aqui primeiro uma modernização do órgão para depois vir esse concurso público.” Nós precisamos de veterinários, precisamos de zootecnistas, precisamos de agrônomos na Adab. E aí, agora, vem a tal modernização, através de um decreto, extinguindo mais de 70, e eu vou aqui... Extinguindo, Sr. Presidente, 72 gerências regionais em nosso estado. Isso atinge o pequeno produtor, que vai ter que viajar 200, 300 quilômetros para ir em uma das 27 gerências regionais que ele cria. Hoje são 15, vai passar para 27.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Sendo que, dessas 27, 13 são desertas, não têm veterinário, não têm agrônomo. É assim que nós cuidamos da vigilância sanitária em nosso estado?

Nós vamos propor, primeiro, à Mesa – a gente não pode propor uma Adin – que a Mesa recomende ao governo do estado o cancelamento desse decreto. Caso não seja, pediremos que seja encaminhada e formalizada uma Adin pela Mesa. E, caso a Mesa resolva por não encaminhar essa Adin, nós faremos via partido.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Instruirei o meu partido para que encaminhe. Mas eu peço a apreciação de todos os colegas, pois as nossas competências não podem ser usurpadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

E também, saudando, aqui, antes da fala do nobre deputado, os alunos da Faculdade Unijorge, do curso de Direito. Sejam bem-vindos à Casa do Povo, vocês e o corpo docente aí presente, os professores. Aqui é o local onde fazemos as leis do estado da Bahia e, também, a ação de fiscalização do poder do Estado. Sejam bem-vindos aqui a esta Casa, em meu nome e de todos os deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui presentes.

Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, deputados aqui presentes, alunos também da Faculdade Unijorge, Sr. Presidente, venho falar de um caso que ocorreu na cidade de Itaberaba, na semana passada, onde um advogado – cidade, inclusive, capitaneada pelo nosso deputado Eduardo Alencar – um advogado acusou uma guarnição da Polícia Militar de ter agido com truculência, com violência, de ter jogado ele no chão e cometido várias arbitrariedades em uma abordagem. Essa guarnição, simplesmente, foi orientada pelo Sicom para a fuga de um estuprador que passava por aquela rua e as características do carro batiam com as do carro do advogado. O advogado foi abordado, da forma como prevê a legislação federal e estadual, sem sequer ter sido tocado em momento algum. Mas, logo após a abordagem, ele saiu e comunicou a OAB local que, simplesmente, sem apurar os fatos, já foi condenando a guarnição da Polícia Militar. Já levou o caso à delegacia, trouxe aqui ao Comando Geral da Polícia, à Corregedoria, expôs os policiais de forma absurda e arbitrária, sem sequer ouvir a outra parte. E me impressiona muito como um órgão tão importante para este país como a OAB - seccional Itaberaba agiu dessa forma.

O advogado só não sabia que aquela abordagem estava sendo filmada por três policiais militares que estavam, também, na abordagem. E o vídeo passou a circular hoje e o advogado, simplesmente, nada sofreu, em momento algum. A abordagem foi feita de forma padrão. Todas as testemunhas que ali estavam foram para a delegacia e testemunharam a favor dos policiais. Os advogados da Aspra, associação da qual sou coordenador geral da regional Itaberaba estiveram também presentes e entraram com uma ação contra o mesmo advogado. E, agora, quero ver a prova dele contrária aos vídeos gravados. E quero ver como vai ficar a OAB-Bahia diante desse fato. É um absurdo achar que não pode ser abordado por ninguém, por nenhum cidadão. A Polícia Militar simplesmente agiu de forma correta e coerente, sem nem sequer ter tocado nele. O vídeo está aí circulando em todas as redes sociais. Inclusive, no final do vídeo, o policial ainda agradece e fala que ele pode ir embora, e automaticamente ele vai embora. Mas a OAB agiu dessa forma.

Nós estamos movendo uma ação contra o advogado na delegacia local. Vamos agir também no Ministério Público e também na Comissão de Ética da OAB para que se tome providência em relação a esse fato. Os policiais estão sendo acompanhados pelo jurídico e por advogados da entidade e da Aspra. E inclusive ontem teve uma manifestação muito bonita e histórica de todos os policiais da cidade, que foram até a delegacia prestar apoio a essa guarnição.

Então, deixo aqui o meu desagravo a esse advogado que agiu contrário àquilo que ele prega e o que ele estudou nos bancos da faculdade. Uma mentira, uma calúnia, que, com certeza, com o vídeo ele foi desmascarado e as providências serão tomadas, meu presidente.

Meu presidente, quero falar de outro absurdo aqui, também, que é o governo do estado da Bahia que não cumpre ordem judicial. No dia de amanhã, estamos entrando com um pedido de intervenção federal contra o estado, porque não é a primeira nem a segunda decisão, já são 15 decisões do Poder Judiciário. Inclusive a última do Supremo Tribunal Federal, transitado em julgado, – não há mais o que o estado recorrer – sobre a minha reintegração à Polícia Militar do estado da Bahia. Salientando que o estado perdeu em todas as instâncias, e perdeu de forma unânime: perdeu na auditoria militar, subiu para o tribunal, foi 61x0 no tribunal. O estado recorreu para o STJ e perdeu por 11x0, nobre deputado Aderbal, e no Supremo Tribunal Federal tomou 11x0 de novo, 13x0, aliás, e não tem cumprido a decisão, está sendo enrolado. Praticamente 1 ano já da decisão, o estado está pagando multa de mil reais. O juiz da auditoria militar já expediu três mandados de cumprimento e o governo do estado simplesmente brinca e zomba com o Poder Judiciário baiano, simplesmente achincalha o Poder Judiciário baiano.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu espero que o Poder Judiciário baiano tome providências cabíveis nessa ação que a gente vai entrar, pedindo a intervenção federal no estado, que é um verdadeiro absurdo. Esse é o estado que diz que prega a democracia, mas é uma verdadeira mentira, uma verdadeira falácia desse governador do estado.

Espero que ele cumpra aquilo que o Poder Judiciário determinou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra, provavelmente o último orador no Pequeno Expediente, o nobre deputado, Líder da Minoria, Targino Machado, pelo tempo de até 3 minutos, na verdade, porque só faltam 3 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, na verdade, Sr. Presidente, temos alguns assuntos para tratar aqui, nesta tribuna, hoje. Mas, mediante a exiguidade do tempo, eu gostaria nesses 2 minutos que me restam cobrar do deputado Zó, não é? Eu aqui estive

fazendo uma denúncia, porque o governo da Bahia inaugurou em 5 de abril de 2018, deputado Fabrício, o abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos, em Juazeiro. Isso em 5 de abril de 2018. E nos chegou a denúncia de que esse frigorífico não está funcionando, porque o Sr. Paulo Amorim sumiu com o dinheiro do frigorífico, não é?

Fiz essa denúncia, o deputado Zó me disse que não conhecia o Paulo Amorim e por coincidência, no outro dia, pela manhã, vou ao gabinete do presidente Nelson Leal e encontro lá o deputado Zó, junto com o Sr. Paulo Amorim. O Sr. Paulo Amorim me disse que não desviou dinheiro nenhum, muito pelo contrário, o frigorífico tinha sido inaugurado, porque ele investiu 1 milhão e 300 mil reais. Isso tem 1 mês. E ficou de me mandar a documentação, e eu disse a ele: Se V. S^a. estiver correto, eu me retratarei na tribuna da Assembleia. Mas até agora, nem o deputado Zó se manifestou, nem o Sr. Paulo Amorim. E eu quero saber, agora, do governador, através do Sr. Deputado Rosemberg Pinto, quais são as providências que já foram tomadas, concernentes ao frigorífico abatedouro de ovinos e caprinos, do município de Juazeiro.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. TARGINO MACHADO: Não sei se V. Ex.^a prestou atenção...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Findado o tempo, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) mas o Paulo Amorim, que o deputado Zó disse que não conhecia numa tarde, aqui, a mim e a V. Ex.^a, e no outro dia de manhã eu cheguei no gabinete de Nelson Leal e estava lá o Paulo Amorim com o deputado Zó, E eu quero saber qual foi o encaminhamento que deu até agora o governo do estado, deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Deputado, acabou o Pequeno Expediente. Por favor.

O Sr. TARGINO MACHADO: Pois não, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado o senhor pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Grande Expediente.

Tempo, hoje, do PCdoB, o deputado Bobô ou a deputada Olívia Santana.

Falará a deputada Olívia Santana pelo tempo do PCdoB, até 25 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, estudantes que nos assistem nessas Galerias, quero saudar a todas e todos, sejam bem-vindos e bem-vindas, jornalistas, eu venho a esta Tribuna para falar de alguns assuntos. E um deles me causa um grande dissabor, que foi essa situação absurda que

aconteceu no Rio de Janeiro, quando o Exército abateu um músico, Evaldo Santos, com oitenta tiros, alvejando o carro que ele e sua família estavam, numa saraivada de balas, deputado, oitenta tiros, deputado. E depois os soldados afirmaram que ali foi uma situação de engano, que houve um engano, deputado Marcelino Galo.

E eu quero aqui dizer que nós temos nos deparado com esse tipo de situação, com situação semelhante, de maneira muito sistemática em nosso país. Na época da escravidão matava-se negros, porque os senhores tinham o poder de vida e morte sobre a população negra escravizada nessas terras. E, hoje, mesmo estando no século XXI, essa prática da matança de negros permanece. 76% dos jovens que morrem de morte violenta, que morrem assassinados em nosso país são jovens negros. Uma criança que nasce negra, principalmente meninos, ela nasce já em estado de risco.

Hoje pela manhã, uma amiga minha que trabalhamos juntas – hoje eu tenho o prazer de vê-la num patamar muito mais elevado nessa área da comunicação que, durante muito tempo em nosso país, parecia intransponível para negros, jornalistas negros, que é a jornalista Maíra Azevedo –. Ela me ligou muito angustiada, desesperada, porque o filho dela é um menino negro, é uma criança negra, deputado Hilton, e ela dizia: “Olívia, eu não aguento mais, eu não suporto mais. Para mim é muito difícil, cada vez que uma situação dessa acontece, eu penso no meu filho, eu penso o que será do meu filho”.

O que é que a gente está conseguindo construir? Porque, ainda que a gente possa se deparar com pequenos avanços, tem uma estrada muito longa que nós vamos ter que trilhar nesse caminho, nessa tentativa de construção de relações igualitárias entre brancos e negros neste país. Foi muito duro ouvir Luciana Nogueira, a companheira do músico assassinado, assassinado por soldados brasileiros que deveriam proteger a vida daquele cidadão. E ela disse que, mesmo depois do rapaz morto, que ela pedia desesperadamente o apoio, a ajuda, gritava por socorro, e a atitude dos soldados foi de sorrir. Foi um escárnio! Foi um escárnio, deputada Fatima, diante daquele crime absurdo.

A família se dirigia a uma festa familiar, a um chá de bebê. Um carro em que só estavam pessoas animadas, felizes, indo para uma atividade festiva e o horror... se deparam com o horror. E o engano, esse argumento que sempre aparece, ele é muito usado, muito usado em relação à violência contra negros: “Ah! Eu achei que era um marginal. Ah! Achei que era traficante”. Essa associação sistemática da nossa imagem à situação da marginalidade... E ainda que fossem marginais! Pelo que me consta, não há pena de morte no Brasil. Não há nada, portanto, que justifique oitenta tiros. Oitenta tiros não podem servir ao argumento do engano, deputado. Não foi engano! Ninguém dá oitenta tiros por engano! oitenta tiros só tem um objetivo, porque arma, porque balas só têm uma finalidade: matar. Oitenta tiros eram para matar e milagrosamente a família sobreviveu, parte da família sobreviveu.

Então é preciso recuperar, regar todos os dias a nossa capacidade de espanto.

Eu tenho muito orgulho de dizer que eu sou uma pedagoga, que eu estudei a pedagogia do oprimido, que eu estudei as teorias de Paulo Freire, um grande nome da

educação brasileira, assim como é Anísio Teixeira. E Paulo Freire nos ensinou a jamais perder a capacidade do espanto.

Por isso eu faço aqui um apelo a todas e todos: que se espantem. Isso não pode ser naturalizado, nós não podemos... Essa situação de morte de negros não pode ser somente objeto da indignação de pessoas negras ou de pessoas negras que tenham consciência. É de enlouquecer ver que o Brasil chegou à situação a que chegou.

A gente vê, nas redes sociais, pessoas fazendo piada com essa matança, com a morte desse rapaz. Pessoas fazendo piada, dizendo: “Olha, que péssima pontaria desses soldados. Eles deveriam ser afastados, porque... Como é que só alvejaram uma pessoa no carro?”

Que loucura é essa? Que sociedade doentia é essa em que nós estamos vivendo? Essas pessoas bolsonaristas, porque elas assumem que são eleitoras, que apoiaram Bolsonaro, este presidente que lidera a política do ódio em nosso país. Este presidente que faz apologia à tortura, que faz apologia a assassinatos, que acha que tem que resolver as coisas na bala. Cada discurso de Bolsonaro sobre essa questão desdenhando de direitos humanos, autoriza esse tipo de atitude que esses soldados tiveram.

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA:- Eles sorriram porque eles têm certeza da impunidade. Só que nós não podemos permitir a impunidade nesse caso, nem em nenhum caso, porque a gente viu um menino sendo assassinado no Supermercado Extra. Nós vimos Crispim, aqui na Bahia, recebendo a gravata de um policial. Um cidadão dentro de um banco, um cliente do banco sendo tratado daquela forma porque era um negro.

Há um tempo vimos Cláudia, no Rio de Janeiro, mulher negra arrastada pela pista, chegou ao hospital morta. E a polícia dizendo que estava dando socorro a ela, e terminou de matar Cláudia.

Então, deputado Hilton, eu vou lhe conceder o aparte.

E digo que, com muita indignação, nós temos que assumir uma atitude mais ativa, para fora das redes sociais. As manifestações de rua que nós precisamos de fato engrossar, ampliar a consciência coletiva do nosso povo, a indignação precisa ser mais coletiva e mais contundente para que a gente possa reverter essa situação de autorização de assassinatos de maneira tão repetida, de maneira tão sistemática quando se trata da carne negra.

O Sr. Hilton Coelho: V. Ex.^a me concede um aparte?

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Aparte concedido a V. Ex.^a, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Quero parabenizar sua fala, deputada. Nós queremos dizer que o PSOL tem muita sintonia com esse sentimento e com a atitude que V. Ex.^a está tomando aqui.

Nós, inclusive, hoje, na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, propusemos – e foi aprovada – uma moção de repúdio ao que aconteceu, e nós também corroboramos com essa leitura. Existe uma banalização da morte no nosso país que é algo assim... impressionante.

E aí, eu quero remontar ao fato de que o presidente da República simplesmente disse que não queria dar nenhuma declaração sobre o fato. Foi algo tão vergonhoso que o secretário-geral da Presidência chegou a colocar palavras na boca do presidente, de que o presidente estaria esperando as providências, o esclarecimento dos fatos, que o presidente estava muito impressionado com a situação, mas que não havia se pronunciado. Estranho isso. Como é que alguém que tem a função de ser o porta-voz do presidente diz que ele esboçou um sentimento, mas, ao mesmo tempo, não fez declaração nenhuma.

Então, realmente é terrível. Isso está no contexto geral; primeiro, contexto geral neste país, em que a militarização... É preciso ressaltar esse fato. Ainda que a militarização das polícias seja feita de maneira generalizada, foi um agrupamento do Exército Brasileiro que estava numa região de ocupação. Ou seja, nós precisamos analisar o que tem sido essa ocupação, porque se a militarização das polícias é um fato, isto é, digamos assim, a essência do Exército Brasileiro.

As Forças Armadas servem para proteger a soberania do país e elas trabalham fundamentalmente com a ideia de fazer o confronto com o inimigo. A militarização é criticada, inclusive a militarização das nossas polícias, porque elas tendem a levar o agente da segurança pública a se relacionar com os cidadãos como se fossem inimigos. E foi isso precisamente o que ocorreu. Nada mais normal do que uma guarnição do Exército, dentro da lógica do enfrentamento com o inimigo, do que agir para a execução.

Então, nós precisamos questionar esse modelo que coloca o Exército com a função de polícia no nosso país. E, ao mesmo tempo, acho muito importante esse dado que V. Ex.^a traz, que é a verdadeira legitimação da execução, porque foi isso que aconteceu: execução sumária. Porque o que se fala dos autos de resistência é isso: que as pessoas, os agentes públicos, eles podem precisar se defender no ato do conflito com quem está do outro lado, os marginalizados. Mas, nesse caso, alvejar com oitenta balas o carro, por suspeitar que ali estivessem pessoas marginalizadas, realmente não tem... é incontornável a conclusão de que se operou uma execução sumária nesse ato.

Então, a sociedade brasileira não pode, de forma alguma, corroborar com isso. E eu finalizo aqui dizendo que nós, pela manhã, assumimos, na Comissão de Direitos Humanos, esse posicionamento, e mais uma vez parabenizar essa fala e dizer que nós...

A Sr.^a OLIVIA SANTANA: Obrigada, deputado Hilton.

Eu passo imediatamente o aparte ao deputado Marcelino Galo

O Sr. Marcelino Galo: Gostaria de cumprimentar V. Ex.^a não só por esse pronunciamento que hora faz, mas sempre que sobe a esta tribuna, com muita

propriedade, pegando questões essenciais ao nosso povo, a nossa sociedade e, principalmente, ao extermínio da juventude negra. Mais um ato que vai se naturalizando, banalizando, a violência em nosso País.

Então isso, pelo “código Moro” que está proposto no Congresso, Sr.^a Deputada, tende a se acirrar ainda mais, porque vai descriminalizar. Então o Exército Brasileiro... E veja bem, o Moro propôs que se deve diminuir os impostos do cigarro, considerando que o país não tem capacidade e competência para combater o contrabando. Então quem deveria estar defendendo as fronteiras deste País... Onde está a Polícia Federal que age com tanta competência como polícia política?

Então o Exército Brasileiro foi preparado para defender a Nação e ele não tem capacidade de fazer uma atribuição que é da polícia. Então nós vivemos uma situação... E este ato que aconteceu de oitenta tiros no trabalhador, no músico é um atentado contra todos nós. Então V. Ex.^a tem razão. É preciso que a sociedade tenha capacidade, pelo menos, de se indignar. Estar na rede só, isso não resolve. Então é preciso que a gente se manifeste de forma muito mais contundente para que possamos barrar esses atos neste País. E aí o “código Moro” também traz agora a imputabilidade daqueles que praticarem esse tipo de crime. Então alega ele... E os próprios policiais brasileiros e baianos não querem isso. Os policiais querem dignidade no seu exercício profissional e não querem autorização para matar. Então isso tende a se radicalizar cada vez mais. Por isso o discurso do ódio vem conectado no sentido de naturalizar a violência para nossa sociedade, para que ela possa admitir esse tipo de crime que acontece.

Quero lamentar aqui, ser solidário à família desse trabalhador da arte, um músico que a gente perde de forma tão violenta e tão grotesca.

Então muito obrigado pelo aparte, deputada Olívia Santana.

O Sr. Paulo Rangel: V. Ex.^a me concede um aparte?

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Obrigada, deputado Marcelino Galo.

Deputado Paulo Rangel. Dois minutinhos.

O Sr. Paulo Rangel: Deputada Olívia, eu quero inicialmente parabenizá-la pela sua fala, pelo seu grande discurso, porque a senhora está sendo porta-voz da maior parte do povo brasileiro que ficou indignada com esse assassinato.

É notório a política que vem sendo feita de forma gradativa e sistemática de assassinatos da população negra, no Brasil, que nos deixa assustados. Mas esse crime, esse extermínio, esse assassinato nos chama atenção para uma outra questão, que são os discursos que vêm sendo feitos no momento por setores do governo federal e que têm como principal protagonista o Sr. Presidente da República. Nos remete, inclusive, a uma preocupação muito grande sobre o verdadeiro papel que o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras estão determinadas a cumprir daqui para a frente ou a partir da chegada desse personagem ao poder.

É o Exército começando a dar uma demonstração não só de irresponsabilidade, mas de compromisso com a política de combate à violência levada ao extremo – doa a quem doer –, deixando de lado a verdadeira justiça. Então, isso realmente me causa, eu diria, medo, repulsa e, sobretudo, me alerta muito.

E algo também que me preocupa é que eu tenho dentro de mim um sentimento de que essa chacina, esse assassinato, caso não exista uma grande mobilização da sociedade, principalmente da sociedade organizada, será mais um assassinato, mais um crime brutal – não só contra uma família, contra a ordem pública – que ficará na impunidade.

Então, parabéns a V. Ex.^a por trazer à tona neste dia, nesta tribuna, essa questão que foi tão importante e que não só marcou o noticiário brasileiro na última semana – no início da semana, aliás –, como marca realmente a todos de uma forma que nós não gostaríamos que viesse a acontecer.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Obrigada, deputado Paulo Rangel. Quero agradecer a contribuição de todos os colegas e dizer que eu fico assim ainda mais sensibilizada quando penso na situação do presidente Lula, preso injustamente, vítima de um plano sórdido de usurpação do poder por essa parcela majoritária, infelizmente, das elites brasileiras. E o presidente, além de preso, ver o país nessa situação, em que a violação de direitos, a banalização da violência ganham cada vez mais corpo.

Passou-se um ano desde a prisão do presidente Lula. Nós que fomos às ruas no domingo, fazendo grandes manifestações em defesa da democracia e da sua liberdade, vamos manter firme essa bandeira, porque nós não desistimos, não podemos desistir do nosso país. Nós não podemos desistir de defender aquilo que é certo. E eu não tenho nenhuma dúvida de que é certo lutar contra o racismo, que é certo lutar contra a discriminação, as múltiplas formas de discriminação. É justo lutar contra essa política que é a necropolítica. O que se oferece à população negra neste país é a necropolítica, é a política do necrotério, é a política da morte, a política do descarte, porque o capitalismo chegou a essa fase.

Essa fase de desenvolvimento, de altíssima concentração da riqueza, altíssima concentração da renda, um capitalismo brutal que, novamente, volta a mostrar, a revelar a sua face bestial da acumulação brutal do capital e do descarte de amplas parcelas de populações, de povos no mundo inteiro. E o Brasil é parte disso, infelizmente, com esse governo subserviente, ajoelhado às grandes potências. O governo que autoriza o descarte das populações pobres e a matança da população pobre. É por isso que Bolsonaro arma o povo brasileiro de maneira indiscriminada. É por isso que Sergio Moro apresenta agora, este projeto absurdo do pacote anticrime, que é para enganar o povo, enganar a população. A população só de ver o nome anticrime já acha que está certo e vai acabar apoiando esse negócio. Mas é preciso dizer que, nesse pacote, ações como essa que matou esse músico Evaldo são legitimadas, são legalizadas, deputado Hilton, com a justificativa de que agora policiais e o próprio Exército podem matar sob forte emoção. Sob forte emoção está justificado: pode atirar, pode matar. E eles não responderão pelos seus crimes?

Nós queremos justiça. Temos que lutar por justiça e lutar contra a aprovação desse pacote absurdo, que só vai ampliar os assassinatos e a impunidade no nosso país.

Fecho aqui a minha fala dizendo, fazendo também referência a uma questão que eu considero muito importante, que é a solidariedade aos municípios que estão sofrendo o impacto dessas fortes chuvas que se abateram sobre a Bahia. Uma parcela importante do nosso território, acometida por fortes chuvas, e eu me solidarizo aqui com a população...

(O Sr. Presidente faz soar as companhias.)

(...) de São Sebastião do Passé, onde ontem o prefeito baixou o decreto de calamidade pública e clama por apoio, por ajuda. A gente viu cenas veiculadas em jornais nacionais, carros arrastados, casas arrastadas aqui, no nosso município vizinho de São Sebastião do Passé. Então, eu quero mandar a minha solidariedade ao prefeito Breno e a toda a população da cidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Eu tenho certeza que o governador...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) já vem tomando providências, no sentido de ajudar aquele município e outros que venham a ser impactados por essas fortes chuvas.

Obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Horário das representações partidárias. Com a palavra o representante do PSOL, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos. Falará o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Quero aproveitar esse tempo do PSOL para retomar um debate que para nós é central, não apenas por Salvador, mas, eu acredito, para toda a Bahia, dado o significado desse aparelho público que é o chamado trem do Subúrbio de nossa cidade, que, na verdade, não é um trem de subúrbio. A história do nosso trem é uma história que integra grande parte da Bahia. E, para surpresa de muitos que não conhecem essa trajetória, o trem do Subúrbio, ainda hoje, o chamado trem do Subúrbio, teria caminho sobre trilhos para nos levar de um lado para o Maranhão e por outro lado para o Rio de Janeiro. A ponto de, no início da década de 90, o movimento chamado Ver de Trem ter feito esse trajeto, o trajeto de Salvador ao Rio de Janeiro sobre trilhos.

Bom, é esse aparelho público que entra no debate agora da proposta do governo de fazer o chamado monotrilho, que, na verdade, é uma espécie de falsificação da realidade. Porque o chamado monotrilho, muitos não sabem, é um tipo de veículo que é transportado sobre rodas. Então ele tem uma cara de trem, tem uma

aparência de trem, tem cheiro de trem, mas, na verdade, é um veículo que é transportado sobre pneus.

E isso tem muita decorrência do ponto de vista ambiental, por exemplo,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) e do ponto de vista da viabilidade da obra.

Eu quero aqui concluir, porque essa situação permanece sem definição, porque o governo lança um edital que deixa em aberto completamente para a empresa dizer o que vai ser, qual vai ser o projeto que vai ser implementado, e o Ministério Público já vem acompanhando essa situação, dada a necessidade de nós não desperdiçarmos a nossa linha de trem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. HILTON COELHO: (...) e, ao mesmo tempo, nós termos uma alternativa que seja implementada por esse projeto, que, de fato, contemple o Subúrbio Ferroviário, por exemplo, e garanta a ligação com o metrô.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, o tempo do PP será dividido entre os deputados e deputada Alan Castro, Marquinho Viana e Ivana, por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra a nobre deputada estadual Ivana Bastos, a próxima presidenta da Unale, pelo tempo de 4 minutos.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, eu venho aqui registrar que na última sexta-feira eu estive no município de Caetité, onde participei de uma reunião que foi promovida pelas câmaras de vereadores da região Sudoeste em defesa da implantação da Unacon, que é o hospital do câncer, no município de Caetité.

Nós tivemos ali todas as câmaras daquela região, prefeitos presentes, onde se discutiu a necessidade de implantação do hospital oncológico ali em Caetité, que já é um compromisso do governo Rui Costa. Já temos ali uma sede e agora precisava ampliar esse apoio também com o governo federal. Estavam presentes o deputado Arthur Maia e o deputado Charles Fernandes. E, naquele dia, a gente comemorava o aniversário de Caetité, 209 anos de emancipação política. Caetité que é berço, ali daquela região, na área de educação – a cidade de Anísio Teixeira. A minha cidade, eu nasci em Caetité. Eu quero aproveitar e parabenizar a todos caetiteenses.

Também, esse final de semana foi um final de semana de muitos aniversários. Várias cidades ali da nossa região: Matina, que completou 30 anos; Sebastião Laranjeiras, 56 anos de emancipação política – estivemos em Sebastião Laranjeiras

no último sábado, juntamente com o prefeito Elton, com a ex-prefeita, Dr.^a Luciana, o deputado Zé Rocha, vários outros amigos, comemorando, reencontrando os amigos, onde teve uma brilhante festa ali no município de Sebastião Laranjeiras –; Dom Basílio, também no domingo, 56 anos de emancipação política – uma cidade que tem sido muito bem administrada pelo prefeito Roberval Meira, em que o grande sonho daquela cidade era o abastecimento de água. Com a gestão de Roberval, nós conseguimos regularizar, nós conseguimos implantar esse sistema de água. São diversas obras chegando no município, onde teve um pré-carnaval com trio elétrico, com movimentação de mais de 15 mil pessoas ali na praça. Quero cumprimentar o prefeito Roberval Meira, com todos os seus aliados, com toda a sua equipe, pela brilhante festa –; Malhada também, que fica às margens do Rio São Francisco, 56 anos de emancipação política; o município de Pindaí, 57 anos também de emancipação política.

Todos aqueles municípios ali, municípios guerreiros, municípios de gente trabalhadora, municípios em pleno crescimento, desenvolvimento, pela força do seu povo na região Sudoeste. No próximo dia 12, agora, é também o aniversário de Licínio de Almeida. Quero cumprimentá-los e mandar um abraço a todos os munícipes. Está ali o deputado Fabrício Falcão, o deputado mais votado de Licínio de Almeida, onde o deputado tem feito um excelente trabalho. Cumprimentar a todos daquela terra.

E aproveitar aqui também a oportunidade para convidar todos os deputados, todas as deputadas, para que, na próxima sexta-feira... Nós vamos aqui na Casa, aqui no plenário da Assembleia Legislativa promover o evento do Dia da Chapada Diamantina. Nós aprovamos nesta Casa a lei que institui o dia 11 de abril como o Dia da Chapada. Vamos comemorar no dia 12, e gostaria de contar com a presença de todos vocês. A Chapada é a terra onde a gente vê as belezas naturais. A Chapada nos encanta. E é preciso comemorar, é preciso investir e cobrar para que as manifestações culturais continuem a todo vapor naquela região.

Está ali o deputado Marquinho Viana, que é votado naquela região...

O Sr. Marquinho Viana (fora do microfone): O mais votado!

A Sr.^a IVANA BASTOS: Mais votado, não. Na região em que eu tenho voto, você não é o mais votado, não! Você é mais votado ali, “ó”, por Barra da Estiva, que é lá para baixo. Mais votado da região... Está aqui o deputado Marcelo Veiga também, que é chapadeiro.

Então, eu gostaria de convidar a todos para que a gente possa juntos comemorar o Dia da Chapada Diamantina.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre deputado Alan, pelo tempo de 4 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

São 4 minutos para cada um.

(Intervenção fora do microfone.)

Não, ela falou por 4 minutos. Registra aí o tempo de 4 minutos para o deputado Alan Castro.

O Sr. ALAN CASTRO: Sr. Presidente, a imprensa presente, nossos ouvintes que nos escutam e nos veem pela *TV ALBA*, nosso deputado Targino, de oposição, meu amigo, médico também. Meu discurso hoje é sobre, deputado Targino, o Roberto Santos. Estive hoje no Roberto Santos, almoçando com o diretor, que é nosso amigo, anestesista José Admirço, e fiquei impressionado, deputado Targino, com a qualidade das instalações hoje do Hospital Roberto Santos.

Deputado Targino, o Hospital Roberto Santos, hoje, sem dúvida nenhuma, tem o padrão melhor do que o Hospital Aliança. Pode ir lá, eu lhe convido para almoçar lá e conhecer a obra. Realmente, o governo do estado está de parabéns!

Foi um grande avanço na saúde. Eu, como médico... O senhor também deve ter sido estagiário do Hospital Roberto Santos e sabe do que eu estou falando. O Hospital Roberto Santos é uma referência: hoje é o maior hospital no Norte/Nordeste. Pude ver, deputado Targino, mais uma grande obra de infraestrutura. Fiquei muito feliz, como deputado e como médico, em ver que o governo está implementando boas novas para a saúde do estado. Realmente, o governador Rui Costa está de parabéns, o secretário Fábio Vilas-Boas está de parabéns, o diretor e anestesista, médico Admirço, está de parabéns! Realmente o Roberto Santos, hoje, é uma estrutura fantástica e é considerado o maior hospital do Norte/Nordeste.

Quero parabenizar também, deputado Targino, o chefe da neurocirurgia. Por acaso, quando eu estava lá, eu vesti a roupa e entrei no Centro Cirúrgico e fui acompanhar uma cirurgia – uma neurocirurgia, na verdade –, em que o paciente possuía um tumor no cérebro e realizou a remoção do tumor acordado. Isso porque o tumor estava localizado numa região, deputado Targino, da neurolinguagem. E a gente sabe que o paciente pós-operado de neurocirurgia na área da neurolinguagem tem que fazer a cirurgia acordado. E isso é uma coisa inédita na América Latina, foi feito hoje, e pela Graças de Deus eu estive lá presente e acompanhei a cirurgia. E foi um sucesso!

Realmente, o governador Rui Costa, o diretor Admirço e toda a equipe de neurocirurgia estão de parabéns. Foi uma cirurgia, realmente, inovadora para o estado. E a gente fica feliz quando vê que a saúde do estado está em boas mãos.

A gente vê a saúde de 10 anos atrás e a saúde hoje – antigamente, no governo Paulo Souto, e a saúde hoje no governo do Rui e, anteriormente, no de Wagner. É uma diferença absurda. Realmente, os hospitais públicos, hoje, têm um padrão classe A. É padrão do Aliança e do São Rafael, é padrão de hospital particular.

Mas o povo merece, deputado Targino! O povo paga imposto e realmente o governador Rui Costa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tem revestido esse imposto em saúde. Diferentemente de Salvador, deputado Targino. Terça-feira o senhor está convidado para a visita aos secretários da Saúde do município e do estado, para a gente conhecer a Secretaria da Saúde, tomar um café da manhã e discutir sobre unidade básica de saúde. Hoje Salvador é uma vergonha em saúde. Tem uma cobertura de 40%...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, Sr. Presidente.

Tem uma cobertura de 40% de unidade básica de saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: E é por isso, deputado Targino, que o senhor bate na Regulação, porque se a gente não tem uma...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: (...) prevenção, uma saúde básica de qualidade para tratar as doenças básicas, é claro que vai acabar tudo na Regulação. E o senhor disse que a Regulação mata. A Regulação não mata, a Regulação salva. Quem mata, deputado Targino, é a unidade básica de saúde, porque o povo não tem uma prevenção. E uma doença básica acaba se agravando.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo restante do tempo aqui.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, caros colegas deputados, nesse final de semana estive viajando a alguns municípios para participar dos aniversários de emancipação política, começando pelo município de Planalto, onde reinauguramos o hospital municipal, um investimento com todos os seus equipamentos, um investimento de mais de R\$ 2 milhões. No hospital de Planalto, foi reinaugurado, reinstalados todos os equipamentos do centro cirúrgico, raio X, aparelho de ultrassom, sala de pós e pré-parto e mais a sala de estabilização. Então a população recebeu novamente um hospital, com apoio do governo do estado de mais de R\$ 2 milhões, e ainda foram entregues três ambulâncias e mais uma van para equipar o município para levar os pacientes, para aquilo que não puder ser feito em Planalto e puder ser feito em outro município.

Seguindo de Planalto, estive também em Rio de Contas, onde o secretário Leonardo Góes, juntamente com o presidente da Cerb, Marcus Bulhões, demos a ordem de serviço de uma obra de 7 milhões, 736 mil, 680 reais e 26 centavos, para colocar água de qualidade em oito localidades, e vai atender duas mil pessoas com água de qualidade, com água potável.

Isso demonstra que o governador Rui Costa realmente se preocupa com as pessoas na área da saúde, porque é dando água de qualidade e, também, dando equipamentos... Equipando a saúde regional para que o paciente não precise se deslocar do seu município para os grandes centros.

E, na segunda-feira última, também o município de Boquira, que fez 57 anos, foi presenteado com a reinauguração e instalação completa do hospital municipal, onde foi também montado um aparelho de raio X novo, com aparelho de ultrassom, sala de pós e pré-parto, sala de estabilização e todas as camas repostas, os leitos. Isso vai dar uma qualidade ao município para também atender seu paciente, o paciente de pequena cirurgia e o atendimento básico naquele município. Não vai precisar mais ir para o município de Paramirim e ao município de Macaúbas.

Ainda seguindo, foram entregues mais uma ambulância, mais um trator de pneu e uma mini usina móvel no valor de quase R\$ 1 milhão, para que o município se organize e faça a pavimentação das ruas.

Então, este final de semana foi um final de semana proveitoso junto com o governo do estado, que, realmente, vem investindo nos municípios da Bahia. E eu quero aqui, nobre presidente, dizer a V. Ex.^a e a todos os deputados que estão presentes que esse governo, com toda dificuldade que está encontrando, realmente... O governador Rui Costa está fazendo o recurso do estado virar fêmea. Nunca vi ter tanto recurso para investimento...

O Sr. Targino Machado (fora do microfone): Está parindo?

O Sr. MARQUINHO VIANA: É porque é fêmea. O dinheiro está rendendo, então, quem pare é a fêmea. Então o governo do estado, realmente, tem economizado seus recursos e tem entregue aos municípios diversos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) recursos e obras para a que os prefeitos invistam em seus municípios.

Então, nobre presidente, seguindo na outra linha ainda, iremos inaugurar ainda em Rio de Contas, no mês que vem, uma praça naquele município belíssimo, que é tombado pelo IPHAN. Iremos inaugurar a praça da frente da igreja, uma praça belíssima, com recursos, também, vindos da Conder, o que mostra que o governo do estado vem, realmente, atendendo e ajudando os municípios mais pobres.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, meu nobre presidente, obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, falará o deputado Tiago Correia por 5 minutos, e falarei pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos. E logo após o Líder Targino Machado por mais 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Presidente, subo mais uma vez à tribuna para pedir aqui, fazer um apelo a todos os colegas, a respeito do que trouxe há poucos instantes, este decreto publicado no dia 5 de abril que modifica a estrutura básica da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia, ADAB.

Este decreto, Sr. Presidente, usurpa as nossas competências. O governador tenta governar por decreto, criando, extinguindo os cargos. Inclusive, ele não respeita nem a Lei de Responsabilidade Fiscal na medida em que não traz ao menos o impacto financeiro que tais cargos trarão ao nosso estado.

Mas Sr. Presidente, meu apelo maior é pela importância desse órgão. A ADAB, a agência de defesa e vigilância do nosso estado, como falei, já foi em outro momento a melhor agência de defesa do nosso país. Hoje se encontra entre as três piores.

O deputado, então secretário, Vitor Bonfim, quando passou pela pasta da agricultura, fez esse diagnóstico em defesa da agropecuária muito bem feito, muito bem elaborado, inclusive com o apoio do governo. Elaborou seu relatório que motivou o então diretor Paulo César a solicitar um concurso público, justamente para que a ADAB pudesse ter mais técnicos, mais veterinários, mais agrônomos, mais zootecnistas no seu corpo técnico, já que é uma atividade meramente técnica. E aí, solicitaram uma modernização e aparelharam politicamente esse órgão e deram um tratamento político a um órgão que tem que ser extremamente técnico, porque lida com a maior mola propulsora do nosso estado, que é a agropecuária. E, pasmem, nós temos estados no Nordeste, que são vizinhos nossos, que, inclusive, sofrem(...) vizinhos nossos, que, inclusive, sofrem da carência de inspeção, de vigilância sanitária. Recentemente – essa semana que se passou – tivemos notificado um caso de peste suína no Piauí. No ano passado tivemos no Maranhão.

Então, no nosso estado, a vigilância que deveria estar, como o nome diz, vigilante, pronta para atender, combater qualquer tipo de foco, de doença que aqui acontecesse... Temos a aftosa, temos o mormo, enfim, várias doenças que, inclusive, impedem o nosso estado de exportar para outros estados da federação, como também para o exterior. E nós temos uma ADAB sucateada, os médicos veterinários e agrônomos não são valorizados.

Hoje a ABAD está sem comando. Os técnicos batem cabeça, não sabem a quem atendem, justamente pela politização de um órgão importante, um órgão que tem um papel que só vamos reconhecer quando acontecer uma calamidade, essa já anunciada em nosso estado, e algum foco de alguma doença seja aqui notificado. Aí nós vamos ver, não só o pequeno produtor, mas o médio produtor, e o grande produtor sofrendo justamente pela impossibilidade de produzir, porque eles não vão poder vender.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo a esta Casa, a todos os membros, a todos os colegas, a todos os deputados para que nós possamos encaminhar à Casa Civil, ao governador um documento que mostre que esse decreto é inconstitucional. E não sendo assim, iremos provocar a Mesa, como já falei, para que seja estabelecida uma Adin. E caso não seja, em último caso, nós vamos à Justiça, vamos impetrar um mandado de segurança contra esse decreto, para que isso não ocorra dessa forma. A ADAB precisa, sim, ser modernizada, mas isso deve ser discutido nesta Casa, deve ser discutido com os membros deste parlamento, discutido com os secretários envolvidos.

Inclusive, nós sabemos que a agência de defesa animal tem um orçamento de 100 milhões por ano. E a ideia do governador, talvez, seja juntar a ADAB com outros órgãos que hoje não têm mais receita, para que a ADAB possa, sim, financiar essas estruturas. E isso também é inconstitucional, é contra a lei, é recurso carimbado, recurso para vigilância vegetal e animal, que nada mais é do que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a saúde de toda a população baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre Líder, deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa notadamente. Eu quero dizer a todos que não acredito em almoço de graça, que embaixo desse angu tem carne. Não é à toa que fênix ressurgiu das cinzas. O deputado Alan Castro entrava aqui silente, saía calado, durante todo o tempo. De uns dias para cá, algo aconteceu na sua vida, os sininhos tocaram lá pelos lados da Secretaria da Saúde, que ele passou a frequentar com assiduidade, o que causa estranheza a este plenário e a esta tribuna.

Eu apenas recomendaria ao nobre deputado Alan Castro, que tivesse cuidado com o H_2O^2 , porque parece que o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas, está pedindo aos Srs. Deputados que visitam aquele gabinete da Secretaria da Saúde que passem H_2O_2 no cabelo. H_2O_2 , para quem não conhece, é água oxigenada. V. Ex.^a pode observar como está o cabelo do deputado Alan Castro. Isso é fruto da peregrinação dele pela Secretaria da Saúde.

Mas quero dizer também, deputado Alan Castro, que V. Ex.^a está atraindo contra V. Ex.^a o ódio, a indignação dos seus pares, notadamente do PT. Porque V. Ex.^a está passando na frente e não está deixando nada para nenhum deputado lá na Secretaria da Saúde. Está uma coisa horrorosa, não é?

Eu espero que V. Ex.^a vá frequentar outras secretarias e possa trazer resultados melhores do que os da Secretaria da Saúde. Porque todo mundo sabe que a saúde na

Bahia está um caos. Só está boa para V. Ex.^a. E V. Ex.^a deve ter razão, não é? Deve ser fruto da gratidão de V. Ex.^a pelo que está recebendo das hostes daquela secretaria. Tudo bem, respeito, é o mandato de V. Ex.^a.

Agora, eu quero dizer a V. Ex.^a que esqueça o prefeito. V. Ex.^a é deputado, deputado da Bahia. V. Ex.^a está preocupado com a vida do prefeito de Salvador, ACM Neto. A atenção básica aqui está muito bem. Ruim esteve no tempo do secretário Luís Eugênio, indicado pelo PT, naquele primeiro governo de João Henrique. E esse Luís Eugênio, há cerca de 10, 15 dias, foi nomeado assessor especial de Fábio Vilas-Boas. E V. Ex.^a fica silente e não diz nada.

Na verdade, para ser indicado na Secretaria da Saúde não precisa de currículo, deputado Hilton Coelho, precisa de prontuário, precisa de ficha corrida. E Luís Eugênio tem uma ficha corrida grande, por isso foi guindado à condição de assessor especial do secretário da Saúde.

Mas eu quero registrar aqui, nesta Casa, hoje, Sr.^a Presidente... com prazer a vejo de volta a essa cadeira, já estava sentindo falta. Essa cadeira, V. Ex.^a faz muito bem a essa cadeira. Não é ao contrário, não. V. Ex.^a é que empresta estatura à cadeira da presidência da sessão.

Quero dizer a V. Ex.^a que os deputados do governo não dão uma palavra, estão preocupados com ACM Neto,...

O Sr. Alan Castro: Um aparte, deputado Targino?

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) mas não dão uma palavra a respeito e ignoram que os vencimentos...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de 30 mil servidores públicos da Bahia se encontram abaixo do salário mínimo, ferindo de morte dispositivo constitucional que diz que o menor salário é o salário mínimo.

E o governador Rui Costa não atende, não obedece. E os Sr. Deputados, os Srs. Deputados...

O Sr. Alan Castro: Deputado Targino, um aparte, por favor, deputado Targino.

(...) os Srs. Deputados, os Srs. Deputados...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) da Base governista estão silentes, calados.

V. Ex.^a está inscrito.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, pelo menos V. Ex.^a fale alguma coisa a respeito dos 30 mil servidores...

O Sr. Alan Castro: Deputado Targino, me dê um aparte, por favor.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Alan Castro: Deputado Targino, me dê um aparte, por favor, deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Muito obrigado, Excelência.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Queria indicar o tempo com a seguinte divisão, Sr.^a Presidente: o deputado Fabrício, por 5 minutos; o deputado Marcelino, por 5 minutos; e o deputado Zé Cocá, por 2 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Fabrício, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr.^a Presidente, o deputado Fabrício pelo tempo de até 10 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Fabrício pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Obrigado, nobre Líder.

Sr.^a Presidenta, quero dizer, aqui, ao meu amigo, deputado Targino, que o meu cabelo não está com água oxigenada, não, mas que a saúde pública da Bahia melhorou muito. Posso dizer por Vitória da Conquista que o nosso Hospital de Base, a nossa UPA regional é de excelência e tem estrutura de saúde melhor que a saúde privada. E, com certeza, quando a policlínica for inaugurada, agora, no mês de abril, ela também terá um atendimento de saúde de excelência, fruto da gestão do nosso secretário e, também, do nosso governador Rui Costa, que fez uma revolução na saúde baiana.

Também quero saudar o grande município da Bahia, Caetité, município importante...

O Sr. Alex Lima: V. Ex.^a me concede um aparte, deputado?

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Meu tempo hoje é curto, deputado, por favor.

(..) um município importante que é Caetité, a terra de Anísio Teixeira, de Haroldo Lima, uma terra de grandes homens e mulheres e, hoje, de uma importância econômica e política para o estado da Bahia, um grande polo na área de mineração. Até o vento lá é bom porque gera energia para o povo baiano.

Saudar também Anagé e todo o seu povo na figura especial do amigo Carlos PMG.

E saudar também um município próximo, que fará aniversário no próximo final de semana, que é o município de Licínio de Almeida, governado antes pelo ex-prefeito, Dr. Alan, excelente prefeito, e, hoje, pelo prefeito Frederico Vasconcelos e toda a sua equipe, que consegue ter os melhores índices em educação básica do estado da Bahia, sendo um dos três melhores do Nordeste e do Brasil em leitura, em escrita e em matemática. É o melhor município em educação da Bahia e merece ser louvado, ser premiado.

E hoje também já tive números excelentes na questão da saúde pública, tendo um gestor que é médico e que investe bastante em saúde. É o município em que eu fui o mais votado na história do município e tenho trabalhado por demais para fazer um Licínio cada vez melhor.

Mas eu quero falar hoje, aqui, da questão da reforma previdenciária. A reforma previdenciária, realmente, tem que acontecer. Eu sou a favor da reforma previdenciária, mas sou a favor da reforma previdenciária como? Para tirar direitos e benesses de uma casta de privilegiados do Brasil. Sou a favor de garantir que se acabe com o pagamento da pensão das viúvas dos militares; sou a favor de que se equiparem os valores de idade para aposentadoria dos militares com os dos civis, porque todos são necessários para a sociedade.

Como também não podemos deixar de falar que elevar a idade de aposentadoria para o trabalhador rural não é a mesma coisa que lançar a idade de aposentadoria para o filho do deputado Fabrício, que vai estudar até concluir uma faculdade e, depois de um bom tempo de estudos escolares, acadêmicos, poder ir para o mercado de trabalho com bons empregos, diferentemente do homem da roça. Eu, que nasci na zona rural de Feira de Santana, sei o que é você com 9 anos carregar lata de leite, lata de água na cabeça, e desde as 5 horas, com 8, 9, 10 anos, estar acordado para trabalhar.

Eu não sou a favor é de se acabar com a aposentadoria rural para esse mesmo trabalhador e trabalhadora que começa a trabalhar com 8, 9 anos de idade para produzir 85% dos alimentos que entram em nossa casa, que é a produção da agricultura familiar. Esse não pode ter seu salário reduzido como quer esse nefasto presidente e esse nefasto ministro da Economia, o “Posto Ipiranga Guedes”, que só pensa em retirar dinheiro e tirar ações relativas à melhoria do povo brasileiro.

Nessa reforma, eu sou é contra a diminuição do Benefício de Prestação Continuada, o BPC, que está dentro da LOAS, que, hoje, é de um salário mínimo e ele quer diminuir para R\$ 400,00. Minha gente, com esse miserável salário mínimo que nós temos, você querer convencer alguém que R\$ 400,00 é capaz de fazer um cidadão em extrema pobreza e miséria... num país que nos últimos 2 anos trouxe de volta 7,8 milhões de brasileiros ao patamar de miséria, isso é um acinte.

O presidente hoje falou que ele foi eleito presidente da República graças ao filho Carlos. Então, ele não foi eleito pelo povo e por isso ele não tem respeito ao povo brasileiro.

Querer levar o Benefício de Prestação Continuada para R\$ 400,00, isso é um crime, isso é uma aberração! O que se quer fazer, na verdade, é pegar o sistema de Previdência Social, o Instituto Nacional de Seguridade Social, e jogar dentro de uma fogueira e acabar, deputado Euclides. Porque esse regime que está sendo feito, que é um regime chamado de capitalização, ele é um crime. Esse regime já existe no Chile, existe na Argentina. E lá, ao longo dos anos, aumentaram a pobreza, a miséria, a indignância e o índice de suicídios.

Hoje, como funciona a Previdência Social? Um cidadão que recebe um salário mínimo, ao final de 25 anos ele vai ter um salário mínimo da Previdência. O que ganha o teto ou mais do que o teto do INSS, ele vai ganhar cerca de R\$ 5.600,00. Porque você tem de 12% a 14% que você, empregado, coloca; como eu coloco como empregado do estado da Bahia, porque sou professor do estado. E o estado, como empregador, bota outro percentual, que está em torno de 16%, 18%. Esses percentuais do empregado e do empregador servem de colchão para garantir o pleno funcionamento da Previdência.

O que vai acontecer com o regime de capitalização do “ministro Ipiranga”?

Eu trouxe, aqui, um exemplo para vocês. O cidadão vai ganhar R\$ 1.000,00 por mês. Durante 12 meses tira 14%, e ele paga R\$ 140,00 por mês ao Fundo de Previdência. Multiplicando por 12 meses, ele pagou R\$ 1.680,00. Você multiplica esse R\$ 1.680,00 por 30 anos de trabalho, no caso da mulher. Ao final de 30 anos, a pessoa pagou R\$ 50.400,00, que estará dentro de um banco, que vai ser privado, que vai gerir esse recurso durante os 30 anos. E aposentado... vamos dizer que você se aposente com 60 anos de idade e tenha mais 15 anos de vida. Você vai dividir 15 anos de vida, dividir por 150 meses, e a pessoa vai ter R\$ 336,00 de aposentadoria. No regime de sistema de capitalização o empregador não coloca 1 centavo para o trabalhador.

É um sistema absurdo pelo qual os trabalhadores médios brasileiros... primeiro, o trabalhador que não tem um concurso público, como eu tenho, sou funcionário concursado do estado, ele, com certeza, não vai atingir 30 ou 35 anos de contribuição para garantir aquele período. Quando conseguir, já morreu. Geralmente as pessoas não conseguem ficar trabalhando o tempo inteiro com carteira assinada.

Ao mesmo tempo, a pessoa que trabalhou por um salário mínimo, os trabalhos mais braçais, mas de fundamental importância para a sociedade, ele terá apenas aquilo. Ou seja, em 30 anos o trabalhador teve R\$ 50 mil guardados num banco. Ele vai se aposentar com aquilo e se vire! Isso é o que acontece, hoje, no Chile, onde aumentou a miséria, a pobreza, onde os idosos estão se matando, se suicidando porque não conseguem sequer comprar remédio.

Então, pasme, minha gente, esse é o sistema miserável contra o povo pobre, contra o povo que sempre esteve fora do espaço de merecimento de respeito do governo brasileiro, e que pior estará com esse governo infame que só pensa nos rentistas, no mercado financeiro e que não tem nenhum respeito por um país tão miserável como o nosso.

Um país onde, agora mesmo saiu na revista *Exame* e na *Forbes*, apenas oito brasileiros detêm a mesma fortuna que 100 milhões de brasileiros conjuntamente. Imagine, Sr.^a Presidenta, oito brasileiros detêm o mesmo poder econômico que os 100 milhões de brasileiros mais pobres deste país.

Então, não é dessa forma que iremos criar um país de iguais, um país que respeite seu povo. Aqui, desde a chegada dos portugueses, só se fez contribuir para ser um país de mais e mais desiguais.

Eu encerro aqui a minha palavra. Quero pedir desculpas ao meu amigo deputado Alex por não ter dado a palavra a ele, porque hoje a minha agenda estava muito grande.

Um forte abraço, era isso o que eu tinha a dizer pelo dia de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Zé Cocá, pelo tempo de até 2 minutos.

O Sr. ZÉ COCÁ: Boa tarde, minha presidenta, boa tarde, deputados, boa tarde, Targino. V. Ex.^a disse que vai parar para me ouvir aqui. Boa tarde à imprensa presente, é um prazer estar com vocês.

Hoje, Targino, estou aqui para agradecer à população do Vale do Jiquiriçá e do Médio Rio de Contas. Nós fizemos uma plenária na sexta-feira com a presença do nosso vice-governador João Leão, dos deputados federais Cacá Leão e Antônio Brito, e, graças a Deus, deputado Euclides Fernandes, foi um sentimento positivo.

Eu vi as pessoas indo para discutir com a gente, pessoas até que não votaram com a gente, mas acreditam no projeto de região. Acho que nós vamos construir isso juntos, tenho certeza que eu, você e Antônio Brito. Chamei Leur também. Depois, precisamos sentar, discutir a nossa região, traçar os projetos regionais, que são mais importantes do que qualquer outra coisa. V. Ex.^a é um homem sensato.

Eu acredito, Targino, no futuro, eu acredito, Robinson, no futuro daquela região que, às vezes, ficou um pouco órfã porque tinha só V. Ex.^a como deputado que corria atrás por aquela região. E, hoje, precisamos, deputado Euclides Fernandes, juntar forças para buscar os investimentos que aquela região mais precisa.

Eu lhe falei um dia do potencial da Barragem da Pedra, em Jequié, Targino, que é grandioso, e precisamos unir forças para buscar recursos, para levar investimentos para aquela região. Precisamos aproveitar o momento político, o nosso vice-governador, João Leão, deputado Euclides, para que a gente se junte para levar mais indústria, mais emprego, para fortalecer a economia de Jequié e região.

Quero, aqui, agradecer, do fundo do coração, a todas as pessoas que participaram da nossa plenária. Foi um sucesso. Foi para a gente discutir o futuro de uma região, que precisa ser discutida. E eu tenho certeza que levaremos ao

governador Rui Costa nossas demandas e iremos buscar N investimentos para aquela região, que tanto precisa.

Quero agradecer a todos, um grande abraço, e eu tenho certeza que dias melhores virão. Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

Sr. Líder da Minoria, por favor, indique o orador.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, por todo o tempo, o nobre deputado José de Arimateia.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, *TV Assembleia*, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna nesta tarde, Sr.^a Presidente, para registrar que ontem, dia 8 de abril, foi o Dia Mundial de Combate ao Câncer. E, como presidente da Frente Parlamentar da Saúde e membro da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa, não poderia... apesar de que foi ontem e ontem eu não estive aqui na hora para usar a tribuna. Venho agora chamar a atenção da população.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer, o Inca, enquanto o mundo registra um crescimento de 20% de casos de câncer na última década, no Brasil surgiram mais de 580 mil novos casos em 2018. Na Bahia, a estimativa é de que 27 mil novos casos apareçam neste ano.

Ainda, segundo o Inca, os dois tipos de cânceres mais frequentes no país, e também no estado, são os de próstata em homens, 68.220 casos em 2018; e de mama nas mulheres, 59.700 casos em 2018. Entre os tipos mais incidentes estão os de próstata, pulmão, mama feminina, colo e reto. Entretanto, altas taxas para os cânceres do colo do útero, estômago e esôfago ainda são registradas.

Portanto, meus amigos e minhas amigas que nos assistem, o câncer, em suas mais variadas formas, tem tomado grandes proporções no Brasil e no mundo. Por isso a prevenção, por isso que estamos vivendo a década, estamos na década da prevenção.

A prevenção é a melhor e mais eficaz defesa contra essa grave doença. A extinção de maus hábitos como o cigarro, o sol e o álcool em excesso são o primeiro passo. Já uma boa nutrição, atividade física, manutenção do calendário de vacinas, sobretudo HPV e hepatite B, cujas infecções podem evoluir para o câncer, além da

realização regular de exames preventivos, como a mamografia e o toque retal, são fatores determinantes para a detecção precoce e expressiva chance de cura.

Então, eu faço, aqui, esse registro e chamo a atenção do poder público: tanto quanto o dever de casa, cada prefeito de cada município precisa estar em alerta com respeito ao câncer. Não podemos ficar só esperando o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde já orienta, a Organização Mundial da Saúde já alerta aos gestores para se fazer a prevenção através da divulgação nas escolas, nas associações, nas ONGs.

Isso tudo precisa, Sr.^a Presidente, realmente, ser lembrado e com muita preocupação, porque a cada ano os dados são crescentes. É preocupante isso. Quando os dados começam a cair isso mostra que existe uma preocupação dos gestores municipais, dos gestores estaduais e até mesmo do próprio presidente da República.

Mas, Sr.^a Presidente, eu não poderia, já que estamos falando de saúde, deixar de registrar que nesta Casa existe um projeto de lei de minha autoria, que é o Projeto de Lei nº 21.178/2015, que foi apresentado por este deputado. Esse projeto determina a elaboração de um guia de especialidades de saúde da rede própria referenciada, pactuada ou terceirizada no estado da Bahia.

Esse guia, que deveria estar nas clínicas e também nas secretarias da saúde dos municípios, dá uma orientação às pessoas que, muitas das vezes, vêm do interior e não sabem quais são as clínicas que são pactuadas com o SUS ou com aquele município, para que possa fazer os seus exames, os seus atendimentos.

Então, esse projeto está tramitando desde 2015. Eu espero que os Srs. Deputados possam, realmente, pautar, que a Comissão de Constituição e Justiça possa pautar esse projeto para que receba o parecer, e que possa ser aprovado porque será de suma importância para a população que precisa usar a rede pública de saúde.

O outro ponto, Sr.^a Presidente, de que eu gostaria de, também, chamar a atenção dos Srs. Deputados é que amanhã nós estaremos, a Comissão de Meio Ambiente e eu, como presidente da comissão, numa audiência pública com o Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB. Nós estaremos, aqui, amanhã, numa audiência pública. Ouviremos os representantes desse movimento, porque o estado da Bahia foi vítima também. Apesar da Barragem de Brumadinho não estar no estado da Bahia, alguns baianos foram vítimas, foram ceifados por aquela tragédia, deputada Maria del Carmen, e até agora eles estão desassistidos.

Então, a Bahia teve o seu momento de perda. E amanhã estaremos discutindo não só os problemas que essas famílias estão enfrentando. Esse movimento é um movimento em nível nacional. Nós estaremos amanhã com essa audiência pública na Comissão de Meio Ambiente.

Também eu gostaria de, mais uma vez, avisar aos Srs. Deputados que na quinta-feira estaremos visitando, cumprindo aquele cronograma de visitas às barragens, a barragem de Araci. Amanhã passaremos para os senhores da Comissão de Meio Ambiente, como às demais comissões e à Comissão Especial das Barragens.

Inclusive, nós mandamos o convite para o presidente da Comissão das Barragens, deputado Eduardo Alencar. Mandamos também o convite para o presidente da Comissão de Infraestrutura desta Casa, para que possa fazer também parte dessa visita, que será de suma importância para que possamos dar tranquilidade aos baianos de acordo com o que foi anunciado.

O dever dessa comissão é o de estar atenta para que a Bahia não venha a ser vítima desses problemas ambientais. Já foram ceifadas várias vítimas em outro estado, e nós não podemos ficar despercebidos.

Então, eu gostaria de fazer o convite. Gostaria de registrar e, mais uma vez, contar com as presenças dos Srs. Deputados. Lembrando que essa audiência pública de amanhã foi indicada pelo nobre deputado Marcelino Galo, que é o nosso vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Estarei com toda minha equipe para dar suporte e poder ouvir o movimento das pessoas que foram vítimas dos problemas das barragens, não em nível de Minas, mas de todo o Brasil.

Era isso que eu gostaria de falar, Sr.^a Presidente.

Muito obrigado, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PR/Avante/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr.^a Presidenta, o tempo será dividido entre os deputados Rosemberg, Líder, e Fátima, por 5 minutos cada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto, Líder da Maioria nesta Casa, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, primeiro, quero parabenizar a deputada Olívia Santana por sua fala, porque levantou um tema extremamente importante do ponto de vista da característica do momento que nós estamos enfrentando na sociedade; fala essa em defesa dos interesses sociais e das comunidades que são mais oprimidas em nosso Brasil e, também, em nosso estado.

E dizer que hoje, aqui, na Casa, vamos debater um projeto sobre o ICMS que diz respeito às empresas de petróleo e gás. Eu espero que a gente possa votar esse projeto de uma forma consensual, entendendo que esse projeto é um projeto de interesse do estado e dos diversos municípios.

O governo estará fazendo, como todos os outros estados do Brasil, um regramento para que se possa definir de fato como será cobrado o ICMS das empresas de petróleo e gás no Brasil, para, com isso, evitar concorrência entre os estados e garantir que se possa fazer um encontro de contas entre os estados e as

empresas de petróleo e gás, porque, certamente, há uma dívida das empresas para com os estados, e isso também vai gerar dividendos para o estado e para os diversos municípios.

Nós estamos hoje, também, entre hoje e amanhã, dando oportunidade a um debate nesta Casa com relação ao empréstimo de uma instituição alemã, uma instituição que financia projetos de sustentabilidade, para um projeto da Embasa que permite o tratamento de resíduos de esgotamento sanitário, gerando biogás e fazendo reuso da água para as atividades no Polo Petroquímico de Camaçari. Com isso, reduzindo o custo para o estado e melhorando o nosso meio ambiente, diminuindo a utilização desse bem tão precioso que é a água em nosso universo.

Por outro lado, deputado Targino, eu e o presidente da Casa estivemos hoje no Tribunal de Justiça, onde nos levantaram uma demanda para o Poder Judiciário que diz respeito aos recursos que se encontram depositados numa instituição financeira, recursos oriundos ainda da época do Baneb. Isso pode ajudar significativamente ao Judiciário do ponto de vista do ajustamento das suas contas. Espero que a gente possa, aqui, encontrar um caminho para votar esse projeto, atendendo a essa demanda do Poder Judiciário.

E quero, aqui, pedir aos deputados e deputadas para que eu possa, em nome da Liderança do Governo, apresentar um requerimento de urgência para que a gente possa regularizar, deputada Fabíola, aquilo que foi uma escolha dos governadores do Nordeste, com relação à criação do consórcio dos governadores do Nordeste, da mesma maneira que foi criada no Sul do país.

No Sul do país, foi eleito o governador de São Paulo como presidente do consórcio. E aqui no Nordeste o governador Rui Costa que nos honra bastante. Para isso quero apresentar esse requerimento de urgência para que a gente possa apreciar na próxima semana, regularizando essa votação que nos orgulha bastante na sua assunção ao governador Rui Costa presidente do consórcio.

E amanhã, eu espero que a gente vote aqui o projeto dos professores universitários...

(A Sr.^a Presidenta faz soar às campainhas)

Para concluir, presidenta.

...para que possamos garantir que os professores universitários, com dedicação exclusiva, possam atender algumas solicitações da União, dos estados, dos municípios, coisa que não era permitida se não aprovarmos essa lei.

Amanhã, espero que a gente possa votar por consenso nesta Casa aqui. Além disso, obviamente, colocar para a leitura, amanhã, o projeto da Embasa. Hoje esteve aqui o presidente fazendo a sua apresentação.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 5 minutos.

Trocando pelo deputado Niltinho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. NILTINHO: Boa tarde, Sr.^a Presidente, boa tarde aos nobres colegas aqui na Casa, boa tarde a toda imprensa, eu quero aqui agradecer, em especial, a todos os servidores desta Casa Legislativa pelo grande evento, pela grande sessão que fizemos, às 14h30min, da quinta-feira passada, sobre as micro, pequenas e médias empresas. Quero agradecer a participação dos nobres deputados desta Casa, a participação dos deputados federais que estiveram aqui presentes como o deputado federal Cacá Leão, o deputado Mário Negromonte Júnior.

Eu quero agradecer também ao nosso vice-governador e Líder do Partido Progressista João Leão, secretário do Desenvolvimento Econômico, que é de fundamental importância nessa defesa, nessa luta pelo micro, pequeno e médio empresário.

Quero agradecer, em especial, também ao Sr. Josué Telles, que é o presidente da Federação das Redes de Negócios, primeira federação nacional instituída aqui no estado da Bahia.

Agradecer, também, ao Sr. Bráulio, coordenador desse movimento que é de centrais de negócios. É de fundamental importância a tratativa dessa central de negócios, meu amigo deputado Osni, você que vem acompanhando também, o deputado Jacó também participou dessa audiência.

A pauta principal dessa audiência, quando a gente fala de micro, pequena e média empresa, a gente está tratando das centrais de negócios, das dificuldades que essas empresas estão enfrentando dentro do mercado com a invasão dessas grandes redes. Eu sempre deixo bem claro que eu não sou contrário ao livre capital, ao livre comércio, mas que é mais do que necessário que haja assim uma proteção, ou melhor, uma condição de igualdade entre essas empresas, para que tenha uma disputa mais competitiva.

E a central de negócios é sem dúvida o caminho. Estamos aguardando junto à Secretaria da Fazenda do Estado, para que o decreto que já está em fase de análise, seja aprovado pelo secretário Manoel Vitorino e autorizado pelo nosso governador Rui Costa.

Então, quero aqui mais uma vez saudar e agradecer a todos que participaram e dizer que essa luta não é só nossa, não é só do deputado Niltinho, que essa luta são todos daqui todos os deputados estaduais e do povo da Bahia.

Quero também parabenizar o governador Rui Costa pela liberação dos 36 milhões de investimentos para as universidades estaduais do estado da Bahia. Isso ocorreu no dia de ontem, teve a presença, aqui em Salvador, no gabinete do governador os reitores, Evandro Nascimento da Silva, da Universidade Estadual de Feira de Santana; Adélia Maria Pinheiro, reitora da Universidade Estadual de Santa

Cruz; Luiz Otávio Magalhães, reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e o reitor José Bits de Carvalho, da Universidade do Estado da Bahia.

Então, essa liberação é muito importante para que a gente dê segmento aos trabalhos junto a essas universidades e o governador como sempre, sempre muito sensível às questões da educação como ele colocou ao longo da caminhada política, da campanha que ele iria priorizar a educação no nosso estado.

Então, ele não está fazendo diferente, está dando total abertura e total condições para que essas universidades continuem exercendo e tendo investimentos naquilo que é necessário, Sr.^a Presidente.

Quero também parabenizar a Procon-BA, pelo Código de Defesa do Consumidor em Braile. Isso aconteceu no dia 15 de março. É muito importante a gente estar inserindo os deficientes visuais nessa situação que a gente sabe que traz a inclusão, que traz a aproximação para o dia a dia para o contexto da sociedade.

Então, você ter o Código de Defesa do Consumidor sendo algo do alcance dessas pessoas com necessidades especiais, com deficiência visual, sem sombra de dúvida, trará grandes benefícios para com essas pessoas.

Quero aqui agradecer a todos vocês, aos nobres parlamentares e, dizer mais uma vez, que gostaria de contar muito com todos vocês na defesa do micro, pequeno e médio empresário que, sem dúvida, estão vivendo uma fase de agonia, e é com a luta de todos nós, é com a união...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

(...) de todos esses deputados que aqui estão, e dos que não estão aqui, mas, com toda a certeza, estão dispostos a participarem dessa luta.

Vamos dar as mãos para que a gente possa, sem sombra de dúvidas, levar condições de igualdade para esse setor que tanto precisa.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr.^a Presidente, o tempo será dividido, 5 minutos para o deputado Jacó e 6 minutos para a deputada Jusmari.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal da imprensa, colegas da *TV ALBA*, colegas da tribuna, pessoal da Casa.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma retratação pública, porque na semana passada, eu noticiei que me passaram uma informação equivocada, ocorrida no município de Barro Preto, na região de Itabuna, onde me disseram que a Polícia Militar, sob Comando Regional de Itabuna, tinham cometido uma ação truculenta de reintegração de posse, e, essa informação, não foi verdadeira.

Então, eu queria aqui, me retratar junto ao Comando da Polícia Militar da Bahia, pela informação equivocada, mas aproveito também para pedir à Secretaria de Segurança Pública, que investigue o caso das milícias que estão a serviço dos fazendeiros daquela região, porque os posseiros foram expulsos de sua terra de forma violenta, impedidos de voltar e, nós precisamos saber quem são essas pessoas que estão ameaçando, intimidando e, perseguindo os trabalhadores daquela região.

Gostaria também de partilhar com o povo da Bahia, a audiência pública de ontem, que debateu territórios e saúde indígena no estado da Bahia. O estado da Bahia que tem mais de 20 povos indígenas, uma população esparramada de Norte a Sul pelo nosso estado, uma população que sofre muito a ausência de políticas públicas e, ontem, nós tivemos a oportunidade, nesta Casa, de vivenciar essa experiência, de receber quase 200 índios de todo o estado, onde eles puderam se manifestar com o seu canto, mostrando a sua força, a sua resistência e acima de tudo, trazendo a sua realidade com relação a saúde, com relação a preocupação que eles têm com o governo federal que está propondo acabar com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, o que será um desastre para a população indígena do Brasil e da Bahia, porque esse serviço não pode ser municipalizado, ele precisa ser federal, continuar sobre a coordenação dessa Secretaria Especial porque tem várias particularidades, e os indígenas precisam dessa política pública que é uma política pública de atenção básica. Então, discutimos também sobre a questão de segurança, impressionante, deputado Hilton, que quando nós chegamos, os brancos chegaram aqui no nosso país já encontraram os índios e, hoje, os índios do Extremo Sul da Bahia e do Sul estão sem as suas terras. É algo até difícil de acreditar! Como é que os nossos indígenas que estavam aqui há 500 anos, hoje, se encontram sem as suas terras? E, ainda, são chamados de bandidos pelos fazendeiros do nosso país e do nosso estado.

É algo que revolta! Em Porto Seguro, a especulação imobiliária é feroz! Quer dizer então que os índios que estavam na beira da praia não podem mais ficar? Que o lugar dos índios não é na beira da praia? Agora é dos grandes condomínios? Porque os poderosos daquela terra, com o apoio dos setores, como o judiciário do nosso estado, acabam se arvorando sobre as terras indígenas e, tomando as terras do seu povo, causando muitos problemas.

Queria também, hoje, parabenizar o nosso governador Corrêa, que é um governador que orgulha os baianos pelo que tem feito na saúde, na educação, na infraestrutura, mas, hoje, também foi lançado o Programa Partiu Estágio. Mais uma etapa, são 1.200 jovens de diversas universidades, tanto públicas, quanto privadas que tiveram a oportunidade de ter um estágio para auxiliar na sua formação. Hoje, existe uma grande dificuldade de os jovens conseguirem estágio para se formarem.

Essa é uma ação importante de inclusão, tendo em vista que mais de 90% dos inscritos são alunos oriundos de escolas públicas. Quase 80% são jovens negros.

Eu gostaria de parabenizar o governador Rui Costa por esta ação tão importante que está melhorando, sobremaneira, a vida do nosso povo, e dos nossos estudantes.

Queria também ressaltar o Programa Mais Futuro...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é um outro programa que dá suporte, dá uma bolsa entre R\$ 300,00 e R\$ 600,00 para que os alunos negros, quilombolas, indígenas, de baixa renda possam ter uma ajuda para poder fazer o seu nível superior. Inclusive, fui procurado nesses dias pelo coordenador geral do DCE da UESC, irei nos próximos tratar de propor uma audiência pública para que nós possamos discutir esse programa tão importante para a vida....

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos nossos estudantes.

No mais, agradecer a oportunidade...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) e, Lula Livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra à deputada Jusmari, pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, ao vir para esta Casa prometemos uma luta sem trégua na busca da solução para os gargalos de logística da região Oeste da Bahia. Uma região que tem na iniciativa privada um arrojado calendário de investimentos e que desponta como uma das regiões que mais cresce economicamente no mundo.

E essa luta, Sr.^a Presidente, contempla ações como bater na porta das instituições, das autoridades, daqueles que podem resolver esses problemas e também buscar o apoio de todos que possam ser nossos companheiros e companheiras nessa luta e nos dar o reforço da propriedade da discussão dos requerimentos para levar essas soluções a nossa região querida do Oeste da Bahia.

E, nesse sentido, temos batido na porta da superintendência do DNIT do estado da Bahia e temos, claro, encontrado uma porta aberta. O superintendente, Dr. Amauri, tem sido muito simpático aos nossos requerimentos, muito solícito e tem colocado toda a equipe do DNIT à nossa disposição.

E temos estado lá na companhia de outras lideranças do Oeste, a exemplo do prefeito Oziel Oliveira, que nos acompanhou em uma audiência, na qual o Dr.

Amauri já colocou a possibilidade e os encaminhamentos dos estudos técnicos e dos pré-projetos de algumas obras importantes lá.

Mas ontem retornamos ao DNIT, dessa vez forçados por companheiros, porque a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo deputado Pedro Tavares, aprovou o nosso requerimento para ir ao DNIT conhecer de perto as propostas já preparadas pela superintendência e os seus técnicos e nos apoiar em algumas solicitações importantes.

E eu quero aqui hoje registrar o meu agradecimento a todos os deputados membros da Comissão de Infraestrutura, especialmente os que nos acompanharam ontem lá, o deputado Robinson Almeida, que aqui está, o deputado Eduardo Sales, o deputado Tiago Correia, mais o deputado-presidente Pedro Tavares.

E registrar o nosso agradecimento muito especial ao superintendente Dr. Amauri e a todos os técnicos que, numa reunião importante e frutífera, nos apresentaram já o delinear de projetos importantes para a região Oeste da Bahia, entre eles o término da obra da BR-135, principalmente no trecho que liga São Desidério a Correntina se encontra parada há 10 anos, especialmente na construção da ponte sobre o Rio Guará, que será de tamanha importância, considerando que o restante da obra tem os empecilhos colocados pelas questões ambientais, pelas questões históricas, do IPHAN, do Ibama, pelas presenças das grutas e do patrimônio arqueológico que ali se encontram. Até que se resolva esse problema, pelo menos que se encaminhe o término da construção da ponte sobre o Rio Guará, que já vai diminuir muito o sofrimento e as dificuldades das pessoas que transitam ali entre a região do Rio Corrente e a região do Rio Grande, Santa Maria da Vitória, Correntina, São Desidério, Barreiras.

A duplicação da BR-242, no trecho Barreiras a Luís Eduardo Magalhães, uma obra de suma importância para o desenvolvimento do Oeste da Bahia.

Sr.^a Presidente, as duas cidades são unidas, primeiro porque uma é a mãe, a outra é a filha. Mas, principalmente, porque elas estão unidas para o desenvolvimento da Região Oeste da Bahia, onde as pessoas moram em Luís Eduardo Magalhães, trabalham em Barreiras, moram em Barreiras, trabalham em Luís Eduardo Magalhães, para efetivar todas as ações necessárias para o crescimento do agronegócio que Luís Eduardo e Barreiras congregam como grandes centros nervosos dessa cadeia econômica do nosso país.

Mas, acima de tudo, pudemos contemplar ontem, já delineados, os projetos que são parte da complementação da obra de travessia da cidade de Luís Eduardo Magalhães. Uma obra que já começou, que já teve uma parte finalizada, que agora está com a construção das passarelas – três passarelas – sobre a BR-242, mas agora nós buscamos a ampliação e a melhoria...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

(...) dessa travessia para integrar e unir a cidade de Luís Eduardo Magalhães, que é separada pela passagem da BR-242 à BR-020. E ali podemos contemplar o projeto da construção de viadutos, de novas rotatórias e, principalmente da

construção da passarela sobre a BR-020, unindo o bairro Santa Cruz à nova rodoviária de Luís Eduardo Magalhães.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Fica aqui, Sr.^a Presidente, agradecendo a tolerância, o meu agradecimento à Comissão de Infraestrutura, à Superintendência do DNIT, e a certeza de que continuaremos batendo nas portas e aceitando todo o reforço dos colegas que queiram se juntar a nós nessa luta pela melhoria da logística da região Oeste da Bahia.

Muito obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Infelizmente, deputada, não foi possível estar presente lá ontem com V. Ex.^a e os demais deputados.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, nos 6 minutos iniciais, falará o deputado Alan Sanches, e eu falarei pelo tempo restante.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Boa tarde, eu queria saudar mais uma vez, nesta tarde aqui, os colegas deputados e deputadas e as pessoas que nos acompanham nesta tarde de terça-feira. Primeiro eu queria parabenizar a todos os jornalistas pelo dia 7, pelo Dia do Jornalista, profissão extremamente nobre e importante. Importante porque são eles que levam a voz do Parlamento, da Justiça, da sociedade, das informações de uma forma geral, mas que hoje, com as redes sociais, se torna mais importante ainda. Às vezes eu fico um pouco triste com a perda da imprensa escrita, do jornal, porque hoje a maioria das pessoas estão antenadas em redes sociais, nos *blogs*, *sites*, e acaba que nós ficamos sem o papel dos antigos jornais, que ainda circulam, mas hoje com uma força bem menor.

Me pediram hoje para fazer uma avaliação sobre os 100 dias de governo do Brasil e do estado. Do Brasil, eu acho que eu como um dos 58 milhões de eleitores do Bolsonaro, percebemos que ainda há um desencontro de informações. Nós já sabíamos o que tínhamos naquele momento: o que o Partido dos Trabalhadores tinha feito até aquele momento, e que Bolsonaro despontava com a grande possibilidade de vitória.

Nós fomos justamente para a esperança. E ainda tenho. Eu acho que neste momento já não era sem tempo a queda do... São observações não partidárias, mas são avaliações minhas, pessoais. Já não era sem tempo a queda do ministro da Educação, inclusive, às vezes eu me pergunto, não como deputado, mas como cidadão: será que em 200 milhões de habitantes não teríamos um brasileiro que

pudesse ser o ministro da Educação? Nada contra nenhum estrangeiro, mas estamos falando da nossa educação, da nossa vivência. Ele não deveria ter feito comentários sobre nós, brasileiros.

Então eu acho que ao invés de centrar, de focar no ministro da Educação, naquele momento, deveriam ter focado nas coisas básicas como o Fies que está com problemas, prejudicando algumas pessoas, e no ENEM. Acredito eu, que foi isso que acabou por trazer a derrota do ministro da Educação. Não posso falar agora do novo ministro porque é muito cedo, não quero ser leviano. Então eu estou torcendo, e espero que agora tenhamos encontrado o caminho, porque a educação é extremamente importante para o nosso Brasil.

Votaria de novo em Bolsonaro. Votaria de novo se a opção fosse essa: Haddad x Bolsonaro. Eu não votaria no pior prefeito que São Paulo já teve, um prefeito que conseguiu perder a reeleição. Não seria esse homem que eu gostaria que governasse o Brasil. Tenho a esperança que encontraremos em Jair Bolsonaro os melhores caminhos.

Bem, gente, falando dos 100 dias de governo da Bahia. O que falarei? Vou começar com a repercussão do pacote maldade que o governador encaminhou no final do ano, do desastre que está fazendo com o Planserv. Eu estava aqui solicitando a quantidade dos serviços parados! E, ainda nesta semana, estavam falando da atuação do governador Rui como sindicalista, que ele era um negociador, que era uma pessoa que sempre queria sentar com o patrão, e que, quando ele sentou na cadeira de governador, parece que esqueceu tudo que aprendeu como negociador.

Ele está fazendo isso com o Planserv! Nós temos um problema imenso, imenso, imenso, que é a saúde dos servidores e de seus familiares. Será que ele não vai acordar? Ele quer ganhar tempo, quer economizar, mas será que um governador tem que fazer isso? Economizar à custa do maltrato da saúde, das pessoas que tanto trabalham e dos seus familiares pelo sucesso do governo do estado? Acho que já passou da hora de ele sentar e negociar. A Casa não pode ficar... Todo mundo aqui vai chegar, os deputados todos: Ó, nós estamos aqui torcendo para dar certo! Mas a gente precisa fazer a nossa parte, a gente precisa, deputado Rosemberg, pedir que solucione esse problema junto ao Planserv. O que é que vai fazer com os médicos? “Ó, eu vou chegar e não vou dar aumento de honorários nenhum, porque eu não acho justo”.

Eu acho que a equipe médica, por uma fratura de tornozelo, de um antebraço, a equipe médica, não estou falando do médico, ganhar R\$ 125,00 para fazer a cirurgia com o primeiro auxiliar, ou seja, tem um outro médico, são dois médicos e mais um instrumentador. Eu estou falando de uma cirurgia de médio porte, uma cirurgia que se faz em uma hora, mais ou menos. Você vai ter R\$ 125,00 para a equipe. Só que não é o ato cirúrgico, você tem um casamento durante um período com esse paciente que você opera. Igualmente a outras cirurgias, você vai ter uma reposição, um rendimento dessa forma. Então isso não é justo. O que nós queremos é que haja justiça. É justiça, simplesmente isso. Pague o honorário que a gente pode e que seja de merecimento.

Não adianta o governador do estado vir com esse discurso que o Brasil está em crise, a economia está em crise, “eu estou começando, eu estou conseguindo manter equilibrado”, porque esse discurso começa a não colar.

As universidades já entraram em greve. Os professores já disseram, o problema dos professores...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. ALAN SANCHES: Com a sua tolerância, presidente.

“O problema dos professores botei no colo deles, agora eles é que sabem que eu não vou ser responsável.”

Será que é essa forma que ele sempre tentou negociar quando ele era sindicalista? Eu acho que está na hora de assumir essa posição e dizer: vamos para o enfrentamento conversando, debatendo e ver o que é justiça. É justo o professor ter...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) e o servidor não ter sua reposição salarial, e ele botar *outdoor* dizendo que tem 5 bilhões de economia? À custa desse desastre do Planserv. À custa do desastre, da falta de aumento e de reposição salarial dos servidores. É assim que vai economizar os 6 bilhões?

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, gostaria de, inicialmente, me dirigir à deputada Olívia Santana para dizer-lhe, deputada, que o tempo entre um disparo e outro é tempo mais do que suficiente para derrubar a tese da legítima defesa. Imagine o tempo entre o primeiro, o segundo, o terceiro, 80 disparos. Isso foi terrível! Mas, infelizmente, está faltando amor na sociedade.

Não estou aqui querendo entrar no viés desenvolvido por V. Ex.^a se é crime contra gênero, contra etnia, se é patrocinado por essa ou aquela corrente política. Não quero adentrar nesse mérito. Quero dizer a V. Ex.^a simplesmente que me solidarizo com o pronunciamento de V. Ex.^a no tocante ao ato de barbaridade que foi ali perpetrado.

Mas deputado Alan Sanches, não é só o Planserv. A Federação dos Trabalhadores Públicos da Bahia, Fetrab, estima que ao todo 20% do funcionalismo público da Bahia recebe abaixo do salário mínimo. Pelos cálculos da Federação, 30 mil servidores baianos têm vencimento básico menor do que o salário mínimo. Agravando a situação, passados quase três meses da data-base dos servidores

públicos, não houve sinalização concreta de reajuste para este ano de 2019, ou seja, o quarto ano seguinte.

E, os meus colegas de oposição de outrora que são os deputados do PT, do PC do B que no passado estavam aqui a rasgar a Constituição, a tirar o Regimento, a protestar contra os governos da época, por muito menos o que isso estão calados, silentes, calados e silentes, não protestam.

É lamentável que a economia do governo do estado seja feita através de *outdoor*, através de propaganda institucional enganosa.

Mas Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, eu quero dar conhecimento a Casa que estou em mãos com um requerimento de dispensa das formalidades para votação de um projeto, que é o Projeto nº 23.114/2019, de autoria do Tribunal de Justiça da Bahia que dispõe sobre os saldos de todas as contas e subcontas relativas a feitos arquivados sem o levantamento correspondentes ou aqueles não identificados e sem movimentação há mais de dez anos, compreendendo o principal os rendimentos financeiros.

Ou seja, esse é um recurso que é de direito do Poder Judiciário da Bahia e que não está sendo por ele utilizado e isso causa prejuízo, não ao Poder Judiciário, mas causa prejuízo ao jurisdicionado.

E nós precisamos encetar esforços nesta Casa, no sentido de destravar as relações entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, no sentido de que nós precisamos não é de um Poder Legislativo atrelado a nenhum outro poder.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Não precisamos de um Poder Judiciário atrelado a ninguém. Nós precisamos é que as sentenças todas, produzidas pelo Poder Judiciário, sejam sentenças tradutoras de verdade real, de justiça real e para isso nós precisamos, deputado Rosemberg, de fazer gestos como esse.

E, hoje, votaremos este projeto aqui na Casa, provavelmente, por unanimidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr.^a Presidente, o tempo será dividido entre os deputados Bobô e Zé Raimundo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Concedo a palavra ao deputado Bobô pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. BOBÔ: Boa tarde, Sr.^a Presidenta, deputados e deputadas presentes.

Eu quero fazer um registro que eu considero, extremamente, importante e, ao mesmo tempo, de agradecimento às ações empreendidas em benefício da população baiana ou, pelo menos, parte da população baiana, neste último final de semana, a começar pela questão da saúde.

Aqui, ouvi muitos debatedores, muitos deputados e muitas deputadas se pronunciando com relação à saúde. Eu quero fazer um registro da entrega de um equipamento, extremamente, importante, um aparelho de raio X à prefeitura municipal de Nova Fátima. Eu vi o quanto um equipamento simples, mas extremamente importante, pode causar à população local, pois muita gente estava esperando o equipamento há dezenas de anos e sonhando com esse equipamento.

É bacana, deputado Targino, que esse equipamento não vai servir, apenas, ao município de Nova Fátima, pois ele servirá, também, em parceria, ao município de Gavião, porque não existe um raio X no município de Gavião.

A gravata não é alusão, é para debochar um bocadinho, viu, Rosemberg!
(Risos)

Eu fiquei muito feliz em perceber a alegria das pessoas e o compromisso dos prefeitos, sobretudo do prefeito de Nova Fátima, de colocar que esse equipamento, também, vai servir à população de Gavião, que fica acerca de 15 quilômetros, um pouco à frente, que vai precisar também dos benefícios desse equipamento.

Depois, segui a Senhor do Bonfim.

Ainda na área de saúde, eu quero destacar o investimento que está sendo realizado por parte do governador da Bahia, Rui Costa, e do secretário Fábio Vilas-Boas na Policlínica Regional de Senhor do Bonfim. Foi um investimento superior a R\$ 22 milhões. Espero que, até junho, com fé em Deus, antes mesmo do São João, possamos inaugurar essa policlínica tão sonhada naquele Território Rural Piemonte Norte de Itapicuru.

Além desse investimento da policlínica, temos, também, o Hospital Regional Senhor do Bonfim com um investimento da ordem de quase R\$ 12 milhões quando o tão sonhado números de leitos de UTI serão implantados para aquela região. Isso perfaz, só na saúde, em Senhor do Bonfim e território, cerca de R\$ 32 milhões.

Isso é fruto de um olhar, extremamente, carinhoso de um governador que gosta do seu povo e que entendeu que a política mais importante, na área da saúde, é a política da regionalização da mesma. Eu acho isso muito importante. Nós somos, extremamente, agradecidos ao governador Rui Costa por esses investimentos no nosso território.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite?

O Sr. BOBÔ: Bem, ainda em Senhor do Bonfim, faço questão de registrar outros investimentos como: o calçamento de cinco ruas no bairro Santa Luzia, fruto de uma emenda parlamentar minha da ordem R\$ 1,850 milhão; no povoado de Picadas, entregamos um trator agrícola e, também, uma extensão de rede de 5 quilômetros para beneficiar a população local; na Lagoa do Peixe, para a

comunidade, para a população local, houve a extensão de rede e expansão da energia elétrica através do Programa Luz Para Todos.

Isso, para nós, é bem bacana, porque você percebe... Aliás, deputada Fabíola, você gosta muito disso, pois teve um depoimento de uma senhora de 90 anos de idade. Ela pronunciou a sua alegria por ainda estar viva aos 90 anos de idade para tomar um banho, pela primeira vez, de água doce, água tratada, água da Embasa.

Não tem nada que pague a gente estar ouvindo um depoimento desse. E como é bacana, Targino, a gente sentir que, às vezes, o mandato vale a pena. Quando acontece esse tipo de entrega, você percebe a mudança na vida das pessoas para melhor. Isso é o que faz com que a gente se orgulhe do mandato que tem, da construção do próprio mandato.

Ainda naquela região, eu dei um pulinho na cidade de Jaguarari e fui até o povoado muito importante no município, Várzea Grande, acompanhando o ex-prefeito, seu Antonio, ao lado do vereador Franco Melo, comemorando o início das obras de extensão da rede de 4 quilômetros para levar, também, água da Embasa àquela comunidade.

Portanto, é muito investimento na área da saúde, porque água, também, é saúde.

Aqui, quero fazer um agradecimento à Embasa. Deixo o meu reconhecimento a esta empresa de economia mista. Mas ela tem, obviamente, uma responsabilidade social muito grande. Eu fico muito feliz que essas extensões estejam acontecendo, de fato, em todo o estado da Bahia. Isso acontece não apenas em um território, mas em todo o estado da Bahia, pois leva água de qualidade, dignidade, respeito, saúde às pessoas, sobretudo, aos baianos e às baianas. A gente tem que estar, sempre, enaltecendo o papel de uma empresa que tem essa responsabilidade social.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Portanto, ficam, aqui, o registro desses investimentos e, ao mesmo tempo, o agradecimento a este grande governador Rui Costa pelo que ele tem feito pelos baianos e baianas.

Obrigado, presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo restante de 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu trago, para esta minha breve intervenção, um registro que peço ser inscrito nos Anais desta Casa. Trata-se de um artigo publicado hoje no jornal *A Tarde* do pianista, artista e educador Ricardo Castro com o título “*A beleza salvará o mundo*”.

Depois de tantas intervenções nesta tarde se referindo à barbárie acontecida, ontem à noite, no Rio de Janeiro, eu gostaria de citar algo bom.

Ricardo Castro é filho de Vitória da Conquista e é um dos maiores pianistas do mundo. Ele, aos 6 ou 7 anos de idade, já fazia concertos nesta cidade de Salvador. Ele veio com 6 anos de idade para Salvador. Seus pais são Alberto e dona Ana. Seu Alberto já faleceu. Dona Ana é muito conhecida. Ele ganhou o mundo e se tornou um dos maiores pianistas, maestros, regentes, cuja pauta, com 2 anos de antecedência, era vendida e preenchida na Europa.

Ricardo Castro está comandando o projeto Neojiba do nosso governo do estado desde 2007. Na próxima quarta-feira, haverá uma apresentação no Teatro Castro Alves. Ele foi, também, homenageado por esta Casa, através de uma proposta do nosso deputado Marcelino Galo, ao ser concedida a Comenda Dois de Julho.

Eu digo isso porque, não só ao lado de Glauber Rocha, que já nos deixou, e de Elomar Figueira, com o maestro Ricardo Castro, talvez sejam três gênios da cultura brasileira e da arte brasileira.

E, às vezes, a gente não se dá conta. Elomar, provavelmente, seja na música o que Ariano Suassuna foi para a literatura, para a poesia e para o teatro. Da mesma forma, Guimarães Rosa foi o grande decifrador dos Sertões das Minas Gerais. E há, ainda, Manoel de Barros, o poeta do pantanal. Esses nomes são as grandes referências da nossa história e da nossa cultura e estão nas obras desses homens.

E, no caso de Ricardo Castro, aqui, ainda jovem, um jovem maestro, fez a ligação com a arte, a cultura e o combate às desigualdades, promoveu jovens de periferias vindos de programas sociais, onde a sua grande maioria são pessoas simples, mas também de outras classes, de outros grupos do interior. Ele disseminou este núcleo que o nosso governo, o governo do PT, de Wagner e de Rui, continua trabalhando. Ele faz, apenas, uma observação ao indicar a necessidade de mais articulação dos programas das outras secretarias e do nosso interior.

Por que digo isso, Sr.^a Presidente? Porque o título é “*A beleza salvará o mundo*”.

E, nos últimos semestres, eu e o deputado federal Waldenor Pereira temos nos empenhado. A proposição de Waldenor foi através de emenda do governo federal a fazer a Fligê, Feira Literária de Mucugê, levando cultura, distribuindo livros. Isso foi feito, inclusive, em parceria com a Alba. Aqui, eu indiquei a publicação de três romances que foram distribuídos naquela cidade. E, agora, Waldenor destinou R\$ 200 mil para o maestro João Omar.

E eu, também, na emenda do estado, destinei alguns recursos para serem aplicados na rede pública estadual a envolver jovens na arte e na cultura dos núcleos juvenis; e, também, para comemoração e para reunir as pessoas. Estamos vivendo um momento de extrema fragilidade do discurso e do imaginário educacional. O mundo se espalhou. As autoridades se pulverizaram. Os jovens se encontram, hoje, isolados em suas redes sociais.

É preciso valorizar os espaços públicos e as instituições coletivas para nós estarmos juntos nas feiras, nas festas, nos festejos, nos grandes encontros, celebrando a vida, celebrando a beleza do viver e da música.

Por isso, nós estaremos, neste segundo semestre, apoiando essas iniciativas.

A ideia do projeto do deputado federal Waldenor Pereira é fazer 10 grandes concertos nas cidades onde haja já um núcleo de músicos como, por exemplo, o maestro João Omar que é um extraordinário músico e, até, mais sociável.

Digo isso porque o pai dele, Elomar Figueira, é um grande músico, mas uma pessoa, extremamente, fechada. E João Omar, não. Ele foi meu coordenador de Cultura na minha gestão na prefeitura. Ele tem excelentes relações com a cidade. Ele gosta, sobretudo, de estar com os jovens. Inclusive, na Orquestra Conquista Sinfônica, ele comanda e organiza o ensino de instrumentos sinfônicos e a criação de uma orquestra jovem.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Portanto, neste final de tarde, depois de tantas notícias ruins, eu trago notícias boas. O nosso governador Rui Costa fez tantas obras materiais nas áreas da saúde e da educação. Eu trago, portanto, este acorde final em sol maior do maestro Ricardo Castro, pois haveremos de construir um mundo novo, qual seja, o mundo da harmonia, beleza e, sobretudo, solidariedade.

E, naturalmente, cantaremos muito “Lula Livre” e a necessidade de um país mais justo e mais igualitário pelas cidades e pelo Brasil afora.

Viva Lula!

Viva Ricardo Castro!

Viva Rui!

Viva o Projeto Neojiba!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Parabéns, deputado Zé Raimundo, pelo seu belo pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ordem do Dia.

Há, sobre a Mesa, o Projeto de Lei n.º 22.981/2018, de procedência do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – nas operações realizadas pelos estabelecimentos que exerçam a atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo, bem como sobre redução de juros e multas e remissão parcial de imposto, na forma em que especifica, e dá outras providências.

(Pausa)

Já há parecer e o mesmo já foi apresentado.

Em votação o parecer da relatora, **Deputada Ivana Bastos**, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. **(Parecer apresentado na Sessão Ordinária do dia 2/4/2019, com pedido de vista do Deputado Alan Sanches)**

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Solicito verificação de quórum no âmbito das comissões.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidente, nós vamos votar este projeto do ICMS, porque ele é um projeto importante para as finanças do estado e dos municípios do estado da Bahia. Obviamente, a sua aplicação será imediata.

Então, eu queria pedir a todos os deputados e a todas as deputadas a se fazerem presentes no plenário, porque há uma questão de ordem feita pelo deputado Targino ao pedir quórum no âmbito das comissões. E é fundamental este projeto ser aprovado no âmbito das comissões para, depois, trazermos o mesmo ao plenário.

Então, eu queria pedir as presenças dos deputados e das deputadas como Aderbal Caldas; Adolfo Menezes; Alan Castro; Alan Sanches; Alex da Piatã; Alex Lima; Antonio Henrique; Bobô, que está aqui; Capitão Alden, já presente; Dal; David Rios; Diego Coronel; Eduardo Alencar; Eduardo Salles; Euclides Fernandes; minha queria amiga ao lado já presente, a Fabíola Mansur; Fabrício Falcão; Ivana Bastos; Jurailton; Hilton Coelho; meu querido amigo de Feira de Santana, Zé de Arimateia; meu querido amigo Sandro Régis, que acaba de adentrar ao plenário; Kátia Oliveira; Jusmari Oliveira; Luciano Simões Filho; Marcelino Galo; Marcell Moraes; meu querido amigo Zó; Zé Raimundo; meu querido amigo Soldado Prisco; Talita Oliveira; Targino Machado, que está presente; Tiago Correia; Tom Araujo; Pastor Isidório Filho; Osni Cardoso; Marquinho Viana; Marcelinho Veiga; Mirela Macedo; meu querido amigo e presidente da Casa que está acabando de descer, deputado Nelson Leal.

Eu queria fazer este chamamento para nós podermos votar este projeto. Por favor, se façam presentes.

Deputada Maria del Carmen, votar este projeto é muito importante, porque ele, sem dúvida alguma, de fato, regula a forma de cobrança do ICMS das empresas de petróleo e gás na Bahia e no Brasil. E, também, com a regulamentação deste projeto, desmonta esta disputa entre os estados do ponto de vista da concessão de benefícios. Com tudo isso, este é um projeto de extrema relevância para a Bahia.

Por isso, eu pedi, a V. Ex.^a, a marcação do tempo de 15 minutos e a continuação da chamada nominal de todos os deputados e de todas as deputadas para se fazerem presentes, a fim de atender a um pedido de verificação de quórum do nobre deputado Targino Machado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Rosemberg.

Existe uma solicitação de verificação de quórum no âmbito das comissões pedida pelo deputado Targino Machado.

Solicito marcar o tempo de 15 minutos e zerar o painel.

Convido todos os deputados que estão nos diversos rincões desta Casa para adentrarem ao plenário, a fim de votarmos este projeto importante para a Bahia. Convido todos a estarem presentes em plenário.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. Não precisa zerar o painel neste caso, aqui, no âmbito das comissões. Até porque...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito zerar o painel para dar o tempo de 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ah, ótimo! O.k.! Pode fazer o chamamento.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vou chamar.

Passo a fazer a chamada nominal dos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há cinco deputados presentes. Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Passo a fazer a chamada nominal dos membros da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Já tem quórum na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Passo a fazer a chamada nominal dos membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Já tem quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Passo a fazer a chamada nominal dos membros da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

(Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Há quórum na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Passo a fazer a chamada nominal dos membros da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Procede-se à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Já tem quórum na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em votação o parecer da relatora no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam continuem como estão.

Aprovado o parecer da relatora.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 22.981/2018.

Encerrada a discussão.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, está em curso um acordo firmado entre a Bancada do Governo e a Bancada da Oposição para a votação deste projeto, pois este é um projeto útil e, absolutamente, necessário.

Discutimos, ainda hoje, o assunto numa reunião de bancada. E, fruto desse entendimento da reunião da bancada, eu gostaria de encaminhar o voto favorável a este projeto à Bancada da Oposição.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Rosenberg Pinto, Líder da Maioria.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Da forma como foi apresentado pela relatora, a Liderança da Maioria encaminha pela aprovação do projeto de lei, ao tempo em que agradece, aqui, o entendimento da Bancada da Minoria que reconhece a importância para o estado e os municípios,

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Diga-se de passagem, Excelência, para este projeto chegar aqui, foi necessário que o Confaz fizesse a aprovação. E essa aprovação, no Confaz, foi para evitar disputas intestinas estaduais. Essas proposições têm de ser aprovadas no Confaz por unanimidade. Faltava a aprovação dos créditos presumidos; e o Confaz aprovou e foi publicado no último dia 1º. Por isso, chegamos a este entendimento e a este acordo para votarmos favorável a este projeto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): A Liderança da Minoria encaminha o voto pela aprovação do projeto; e a Liderança da Maioria encaminha o voto, também, pela aprovação do projeto.

Em votação o Projeto de Lei n.º 22.981/2018.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 22.981/2019

Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – nas operações realizadas pelos estabelecimentos que exerçam a atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo, bem como sobre a redução de juros e multas e a remissão parcial do imposto, na forma que especifica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Ficam reduzidos em 90% (noventa por cento), os valores de multas por infrações e de acréscimos moratórios relativos a créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, decorrentes de lançamentos ou glosas de créditos fiscais dos contribuintes que desempenham as atividades de refino de petróleo e de gás natural, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados, em relação aos fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 2017, desde que o débito fiscal seja recolhido em moeda corrente até 90 (noventa) dias após a data de publicação desta Lei.

Art. 2º – Fica concedida remissão de 50% (cinquenta por cento) dos créditos tributários do ICMS relacionados aos lançamentos ou às glosas de créditos fiscais dos contribuintes que desempenham as atividades de refino de petróleo e de gás natural, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 2017, desde que o débito fiscal seja recolhido em moeda corrente até 90 (noventa) dias após a data de publicação desta Lei.

Art. 3º – Os honorários advocatícios ficam reduzidos, com base no § 2º do art. 11 da Lei Complementar n.º 43, de 25 de outubro de 2017, para os percentuais a seguir indicados, calculados sobre os valores dos débitos fiscais reduzidos nos termos desta Lei:

I – 5% (cinco por cento), quando inscritos em dívida ativa e não ajuizados;

II – 10% (dez por cento), quando inscritos em dívida ativa e ajuizados.

Art. 4º – A lista dos contribuintes beneficiados, contendo razão social e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ –, será publicada no Diário Oficial do Estado ou na página da Secretaria da Fazenda na *internet*, no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

Art. 5º – Fica concedido crédito presumido de ICMS em substituição ao sistema normal de apuração para os estabelecimentos que exerçam a atividade econômica de fabricação de produtos do refino de petróleo e de gás natural, classificada no código 1921-7/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo único – O crédito presumido será equivalente a percentual a ser definido por ato do Chefe do Poder Executivo, aplicado sobre o valor do imposto debitado nas operações promovidas pelo estabelecimento, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos vinculados a estas operações e observadas as condições estabelecidas em regulamento.

Art. 6º – Ato do Chefe do Poder Executivo poderá prorrogar por mais 3 (três) meses a redução de multas por infrações e de acréscimos moratórios e a remissão de créditos tributários, previstas, respectivamente, nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 7º – O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou a compensação de valores anteriormente recolhidos.

Art. 8º – Fica revogado o § 1º do art. 3º da Lei n.º 12.921, de 22 de novembro de 2013.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2019.

Deputada Ivana Bastos
Relatora

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há, sobre a Mesa, o Requerimento de n.º 9.343/2019.

(Lê) *“Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 23.155/2019 de autoria do Poder Executivo, que...”*

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Presidente. Queria saber só do projeto. Que projeto seria este?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vou ler, novamente, do início.

(Lê) *“Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 23.155/2019 de autoria do Poder Executivo, que ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável no Nordeste – Consórcio Nordeste e o Convênio de Cooperação firmado entre o Estado da Bahia e o Estado do Ceará.*

Sala das Sessões, 09 de abril de 2019

Deputado Rosemberg Lula Pinto

Líder da Maioria”

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Quero solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum de votação.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Targino Machado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Queria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos para que a gente pudesse iniciar a questão de ordem solicitada pelo deputado Targino Machado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes, porém, tem um requerimento de prorrogação da presente sessão.

(Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 60 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam continuem como estão.

Aprovado.

Existe um pedido de verificação de quórum de votação.

Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 25 minutos.

Convido os deputados a estarem aqui presentes.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: A questão de ordem nos 25 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Paulo Rangel.

Marquem o tempo de 25 minutos.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr.^a Presidente, eu gostaria de usar a minha questão de ordem para fazer um chamamento aos deputados que se encontram fora deste recinto para que se façam presentes, a fim de podermos votar projetos de muita importância.

Mas gostaria de dizer, também, que os 100 dias do governo Jair Bolsonaro já foram completados. Nesses 100 dias, ele foi o presidente mais rejeitado pela população brasileira pós ditadura militar, considerando não só os eleitos diretamente, mas considerando, inclusive, o presidente Sarney que foi eleito de forma indireta.

Não há nada a se comemorar.

Este é um governo que, na verdade, se caracteriza por ser um total desgoverno. Este governo é formado por uma equipe, na sua grande maioria, quase totalidade, composta por ministros incapacitados, incapazes, impossibilitados, inclusive, de pautar as suas agendas específicas, o que começa a trazer grandes prejuízos à população brasileira e a nos preocupar de uma forma, eu diria, não natural.

Este é um governo que não apresentou nada de novo. Este é um governo que tem ficado, apenas, no discurso ultrapassado de uma pauta velha e que nada acrescentou.

Ainda não temos quórum para a votação. Por isso, vou continuar a minha fala.

Este governo insiste em uma reforma antipática, eu não diria antipática, mas antipopular, pois esta proposta traz grandes prejuízos ao conjunto da sociedade brasileira, aos funcionários públicos, aos funcionários de forma geral, e, em particular e de forma mais substancial ainda, àqueles que dependem da Previdência Social.

Então, isso nos preocupa. Entendemos que a sociedade brasileira tem de se mobilizar contra este grande mal, pois, na direção contrária, aponta para uma reforma previdenciária para os militares totalmente ao avesso daquilo que vem sendo pregado pelo próprio governo em relação às demais categorias.

E, no momento em que o governo pede austeridade a todos os brasileiros, em particular, à população trabalhadora, ele aponta um projeto que beneficia a carreira dos militares mais especificamente.

Já deu quórum, Sr.^a Presidente. Eu tinha esquecido de dar, vou dar o quórum, são 32 já presentes.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já foi reposto o quórum, 32 Srs. Deputados já deram presença. Em votação o requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 23.155/2019, de autoria do Poder Executivo...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu encaminho o voto contrário ao requerimento de urgência e qualquer requerimento de urgência, excelência, porque eu faço apologia do trabalho das comissões temáticas.

Sou absolutamente contra os atalhos regimentais, porque esses atalhos viciam, prejudicam e infelizmente cassa as discussões importantes e necessárias que hão de ocorrer sempre nas comissões temáticas que estão muito mais próximas da população do que o plenário desta Casa.

Então, fruto disso, excelência, eu quero encaminhar o voto contrário da Bancada de Oposição à urgência desse requerimento.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós encaminhamos a votação favorável ao requerimento. Entendendo que já há definição com relação à eleição do governador Rui Costa como presidente do Consórcio, e a homologação por esta Casa. Eu votaria se o governador fosse também Oposição. Eu faria isso, porque entendo que isso é um mérito para o estado da Bahia. É lógico que não estamos debatendo o mérito ainda, é apenas a urgência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o requerimento do pedido de urgência do Projeto de Lei n.º 23.155/2019. Requerimento n.º 9.343/2019. Srs. Deputados que o aprovam, continuem como se encontram. Aprovado. contra os votos...

O Sr. Targino Machado: O voto contrário dos deputados de Oposição. Peço a V. Ex.^a que os nomine por favor.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com os votos contrários da Bancada de Minoria desta Casa: Pedro Tavares, Targino Machado, Paulo Câmara, Tiago Correia, Capitão Alden, Alan Sanches e Laerte.

Está sobre a Mesa um requerimento dirigido ao (Lê) “Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes do Bloco da Maioria e da Minoria Parlamentar com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei n.º 23.114/2019, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o saldo de todas as contas e sub-contas relativas a feitos arquivados sem o levantamento

correspondente, ou àqueles não identificados e sem movimentação há mais de dez anos, compreendendo o principal e os rendimentos financeiros.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2019.

Deputado Rosemberg Lula Pinto, Líder da Maioria; deputado Targino Machado, Líder da Minoria”

A presidência defere o requerimento.

Em primeira discussão e votação, o Projeto de Lei nº 23.114/2019, de procedência do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 11.918, de 16/6/2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – Ipraj e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça do estado da Bahia, e dá outras providências.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, como fiz da tribuna há pouco a declaração de que esse Projeto 23.114/19, que altera, que versa sobre a transferência de saldos de contas e subcontas sem movimento do extinto Ipraj, o que é um prejuízo para o Poder Judiciário. O dono desse recurso é o Poder Judiciário, e isso está depositado no Banco do Brasil sem nenhuma serventia para a Justiça da Bahia.

Com a aprovação desse projeto, nós vamos direcionar esse recurso para o cofre do Poder Judiciário da Bahia, e com certeza lá será utilizado na implementação do fortalecimento do Judiciário para o atendimento aos jurisdicionados.

O nosso objetivo aqui não é atender, nem o meu, Bancada de Oposição, nem da Bancada do Governo, atender o desejo do Poder Judiciário, mas, sim, atender aos interesses da Bahia e dos baianos. E o interesse da Bahia e dos baianos, nesse caso específico, nesse Projeto 23.114, sinaliza e sinalizou para que fizéssemos o acordo, com dispensa das formalidades todas, para aprovarmos aqui hoje, provavelmente por unanimidade, e resolvermos o entrave que está acontecendo com recursos de propriedade do Poder Judiciário.

Então, já aproveito, Excelência, para dizer que, como Líder da Bancada de Oposição, encaminho o voto favorável da Bancada a este projeto, e que não há nenhum deputado inscrito para discuti-lo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, da mesma maneira, nós encaminhamos o voto favorável à aprovação desse projeto. Esse é um projeto que certamente terá um outro turno, porque ele é uma votação em dois turnos para que ele possa ter aplicação imediata.

Quero agradecer, inclusive, a todos os deputados e deputadas que entenderam a importância de votar esse projeto que vai ajudar a capitalizar melhor o Poder Judiciário, no sentido de atender melhor às demandas da sociedade.

Eu queria pedir também – aproveitando, já que é o último projeto – aos deputados que amanhã nós teremos aqui, vamos votar aqui o projeto dos professores com dedicação exclusiva, com a anuência dos deputados da Oposição. E vamos ler, amanhã, também o projeto da Embasa, que espero que a gente possa votar por consenso. Caso haja necessidade de um melhor entendimento, os deputados terão a possibilidade de pedir vistas, se assim desejarem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Designo o deputado Alan Sanches como relator do presente projeto.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr.^a Presidente, deputados e deputadas.

(Lê): “*Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.114/2019, de autoria do Poder Judiciário, o qual ‘altera a Lei estadual nº 11.918, de 16 de junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça e dá outras providências.’

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, projeto estabelecendo que serão acrescentados como receitas ao Fundo de Aparentamento Judiciário ‘os saldos de todas as contas e sub-contas relativas a feitos arquivados e sem o levantamento correspondente, ou aqueles identificados e sem movimentação há mais de dez anos, compreendendo o principal e os rendimentos financeiros.’

Trata-se de matéria destinada a proporcionar mais recursos financeiros para o melhor aparelhamento do Poder Judiciário, devendo receber a plena aprovação dos Parlamentares desta Casa, cabendo registrar que sua apreciação nesta Sessão torna-se possível em virtude de acordo firmado entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e não havendo restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de abril de 2019.”

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário, em primeira discussão e votação o (lê) “*Projeto de Lei nº 23.114/2019, de autoria do Poder Judiciário, o qual ‘altera a Lei estadual nº 11.918, de 16 de junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça e dá outras providências’.*”

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Targino pela ordem.

O Sr. Targino Machado: Volto, Sr.^a Presidente, a dar ciência ao plenário desta Casa que encaminho o voto favorável ao Projeto de Lei nº 23.114/2019. O voto favorável da Bancada da Oposição.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O Líder da Minoria encaminha pela aprovação do projeto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Também encaminhamos pela votação favorável ao projeto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação o Projeto de Lei nº 23.114/2019. Os deputados que o aprovam continuem como estão.

Aprovado por unanimidade. À unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 23.114/2019

Altera a Lei Estadual nº. 11.918, de 16 de Junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e dá outras providências e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 12 da Lei Estadual nº. 11.918, de 16 de Junho de 2010, fica acrescido do inciso XV, com a seguinte redação:

"XV - os saldos de todas as contas e sub-contas relativas a feitos arquivados sem o levantamento correspondente, ou àqueles não identificados e sem movimentação há mais de dez anos, compreendendo o principal e os rendimentos financeiros."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2019.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciar em segunda discussão e votação o PL nº 23.114/2019, de autoria do Tribunal de Justiça.

Não havendo mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.